

Instituto Superior de Economia e Gestão  
Universidade Técnica de Lisboa

Relatório de disciplina

Concurso para professor associado do  
Grupo IV (Ciências Sociais), Subgrupo B (Sociologia)

## **POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

**João Peixoto**

Lisboa

2002

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>2</b>
<b>2. DISCIPLINA</b> .....	<b>3</b>
<b>3. OBJECTIVOS</b> .....	<b>6</b>
<b>4. PROGRAMA</b> .....	<b>9</b>
<b>5. CONTEÚDOS</b> .....	<b>10</b>
<b>6. MÉTODOS</b> .....	<b>49</b>
6.1. ORGANIZAÇÃO DAS AULAS .....	49
6.2. AVALIAÇÃO DE CONHECIMENTOS .....	51
<b>7. BIBLIOGRAFIA</b> .....	<b>54</b>
7.1. BIBLIOGRAFIA FUNDAMENTAL .....	54
7.2. BIBLIOGRAFIA GERAL .....	60
<b>8. ANEXOS</b> .....	<b>65</b>
ANEXO 1 – DOCUMENTO DE APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA .....	65
ANEXO 2 – LEITURAS RECOMENDADAS .....	70
ANEXO 3 – DEMOGRAFIA / POPULAÇÃO – PRINCIPAIS INDICADORES .....	72
ANEXO 4 – REGRAS PARA A REALIZAÇÃO DE TRABALHOS .....	77

## **1. Introdução**

A legislação em vigor (Decreto-Lei nº 448/79, de 13 de Novembro, ratificado pela Lei nº 19/80, de 16 de Julho) determina que os candidatos a concurso para provimento de um lugar de professor associado devem apresentar um “relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos do ensino” de uma disciplina do grupo a que respeita o concurso.

De acordo com a Portaria nº 840/87, de 26 de Outubro, existem quatro grupos de disciplinas na estrutura orgânica do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (ISEG/UTL): Economia, Gestão, Matemática e Ciências Sociais. Este último grupo encontra-se dividido em três sub-grupos: História, Sociologia e Direito.

O relatório agora apresentado refere-se ao grupo IV – Ciências Sociais e ao sub-grupo B – Sociologia. Por razões que serão explicitadas no próximo ponto, a escolha da disciplina recaiu sobre *População e Desenvolvimento*, que se integra no actual plano de estudos do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional (DCI) do ISEG/UTL.

## 2. Disciplina

A disciplina de *População e Desenvolvimento* foi criada, como disciplina obrigatória do mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional (DCI) do ISEG/UTL, no ano lectivo de 1999/2000. O convite para coordenar e leccionar essa disciplina foi dirigido ao autor do presente relatório, no ano lectivo imediatamente anterior, pelo Prof. Doutor Adelino Torres, então coordenador do mestrado em DCI.

Foram, então, transmitidos aqueles que deveriam ser os objectivos da presente disciplina. A estrutura lectiva do mestrado englobava – como engloba hoje – os aspectos económicos mais relevantes das questões do desenvolvimento e da cooperação internacional. A aproximação teórica a esses temas não afastava – como não afasta hoje – uma concepção multidisciplinar do desenvolvimento e cooperação. De facto, sabe-se que em todos os países, desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento, o funcionamento das economias está intimamente relacionado com aspectos sociais, políticos ou culturais. Essa relação torna-se crucial nos países em vias de desenvolvimento. Enquanto, nos países desenvolvidos, as variáveis “não-económicas” são relativamente bem conhecidas do observador científico, o mesmo não se passa no mundo menos desenvolvido. Variáveis sociais, políticas ou culturais mal conhecidas poderão inviabilizar ou enviesar os programas económicos melhor estabelecidos.

A disciplina de *População e Desenvolvimento* não tem como objectivo esclarecer todas as questões “não-económicas” da economia. Parte importante dessa tarefa é realizada noutras disciplinas do mestrado. O objectivo é, apenas, estudar em profundidade uma daquelas variáveis: a variável populacional. A bibliografia disponível indica, hoje, que uma das questões mais cruciais para os países em vias de desenvolvimento é, exactamente, o conhecimento da sua situação demográfica. Taxas de crescimento populacional muito intensas, populações com uma estrutura etária muito jovem ou ritmos de migração para as cidades ou para o estrangeiro muito grandes podem inviabilizar os melhores projectos económicos. Em mais de uma ocasião, tem sido reafirmado que um dos grandes problemas da economia dos países em vias de desenvolvimento é o seu problema demográfico.

A apresentação de temas de “população e desenvolvimento” já havia sido efectuada, no mestrado, por mais de uma vez. Existiram, durante alguns anos, disciplinas optativas nesta área, designadas *Demografia Económica* e *Demografia e Desenvolvimento*. O facto de o melhor livro, em língua portuguesa, existente sobre o assunto ter sido precisamente escrito pelo responsável daquelas disciplinas e coordenador do mestrado de então – Adelino Torres - (cf. Torres, 1996), revela a importância estratégica que estes temas apresentavam. O objectivo de constituir a actual disciplina foi, sobretudo, estabilizar e sedimentar este corpo de conhecimentos nas edições subsequentes do mestrado.

Do ponto de vista do autor do presente relatório, o convite para coordenar e leccionar a disciplina revelou-se profundamente aliciente. Parte importante da sua carreira lectiva, e a maior parte da sua actividade de investigação, tem girado em torno dos temas da população. A aproximação a estes tem residido no estudo das variáveis demográficas e migratórias, utilizando um enfoque que combina a análise quantitativa mais estrita - habitual nos estudos demográficos -, com uma análise teoricamente formada - beneficiando dos contributos da sociologia, sobretudo, mas também de outras ciências sociais. A preparação de uma disciplina de *População e Desenvolvimento* revelou-se o melhor pretexto para rentabilizar a experiência lectiva e de investigação e para consolidar conhecimentos nesta área.

Deve ser referido que os estudos sobre população já tinham um outro precedente próximo, no ISEG/UTL, com a criação em 1996/1997 da disciplina de *População e Estratificação Social*, do mestrado em Sociologia Económica e das Organizações <sup>1</sup>. O conteúdo desta disciplina sobrepõe-se parcialmente ao da actual. Mas a orientação que era agora solicitada diferia muito significativamente, o que justificava a criação de uma nova disciplina.

De facto, as semelhanças entre *População e Desenvolvimento* e *População e Estratificação Social* são de vária ordem. Ambas têm como denominador comum os estudos da população, entendidos na sua vertente demográfica mais habitual – o estudo das estruturas por sexo e idade, natalidade, nupcialidade e mortalidade – e na sua faceta

---

<sup>1</sup> Esta última, cuja responsabilidade cabe também ao autor do presente relatório, foi recentemente objecto de um relatório semelhante ao actual para efeito de provas académicas de agregação (ver Peixoto, 2002).

de estudos migratórios. Em ambas se abordam as principais questões epistemológicas ligadas ao estudo da população – demografia enquanto ciência ou técnica auxiliar de análise -, as principais teorias sobre demografia e migrações, e alguns dos aspectos das demografias e fluxos migratórios contemporâneos.

A principal diferença entre as disciplinas reside no eixo teórico que estrutura a análise dos temas da população. No caso de *População e Desenvolvimento*, a matriz de fundo são as desigualdades internacionais a este nível, os factores que explicam as diferenças, bem como as principais repercussões da dinâmica da população sobre o desenvolvimento. No caso de *População e Estratificação Social*, a perspectiva de análise resulta dos critérios de estratificação social. Mais do que uma abordagem internacional, aquilo que importa estudar são as diferenças sociais (frequentemente de âmbito “nacional”) que subjazem aos comportamentos demográfico e migratório, bem como os impactos destes comportamentos sobre a pirâmide social.

Noutro plano, a diferença resulta das sub-disciplinas científicas que auxiliam o estudo da população. Em *População e Desenvolvimento*, as teorias mais relevantes são as que relacionam demografia, migrações e desenvolvimento, incluindo as que invocam as perspectivas malthusiana e não malthusiana nas suas múltiplas variações. Em *População e Estratificação Social* procura-se relacionar os temas populacionais com os económicos, aproveitando as vantagens heurísticas da sociologia económica; porém, são as teorias sobre a estratificação social que comandam esse estudo.

### 3. Objectivos

Os principais objectivos da disciplina de *População e Desenvolvimento* são os seguintes:

- sensibilizar os alunos para os vários modos de articulação entre população e desenvolvimento;
- apresentar teorias sobre as componentes das dinâmicas populacionais: crescimento natural e migratório;
- avaliar os modos de regulação política da demografia e das migrações;
- fornecer aos alunos os principais métodos e técnicas de análise da população;
- estudar os principais problemas populacionais contemporâneos.

No que diz respeito ao primeiro objectivo, a sensibilização para os modos de articulação entre população e desenvolvimento, o que se pretende é despertar nos estudantes um raciocínio em que se conjuguem variáveis que, normalmente, pertencem a domínios separados de análise. Tomando o desenvolvimento na sua vertente mais “económica”, as variáveis populacionais mais comuns, como a estrutura etária ou o nível de natalidade, são muitas vezes utilizadas como elementos contextuais. Mas tentar articular directamente variáveis populacionais com as do foro económico, explicando de que modo umas podem ser causa e efeito das outras, não é frequentemente realizado. Tal é tanto mais pertinente quanto a primazia teórica pode, por vezes, recair nas variáveis demográficas – quando, por exemplo, um determinado nível de crescimento demográfico é um dos maiores obstáculos à expansão económica.

A inter-relação entre população e desenvolvimento é ainda mais significativa se entendermos o desenvolvimento na sua acepção multidisciplinar. Neste caso, não são apenas as variáveis populacionais a relacionar-se com as económicas, mas com um universo completo de variáveis sociais, políticas e culturais. Embora o eixo analítico da disciplina objecto deste relatório sejam sempre as questões da população, o objectivo é explicar de que modo os fenómenos populacionais se imbricam, estreitamente, com um contexto económico-social mais geral. Mais uma vez, as variáveis da população poderão ser causa e efeito de variáveis que sustentam o desenvolvimento, entendido, agora, em sentido mais amplo. Por exemplo, a existência de elevados níveis de

natalidade poderá estar relacionada com um estatuto subalterno da mulher, o qual, por sua vez, tende a inibir um “desenvolvimento” mais completo.

O segundo objectivo é apresentar as principais teorias sobre as componentes das dinâmicas populacionais - crescimento natural e migratório. Estas teorias não poderão ser encaradas de modo isolado, se considerarmos como válidas as asserções anteriores sobre população e desenvolvimento. No campo das dinâmicas naturais, são apresentadas teorias que contribuem para explicar determinados níveis de natalidade, nupcialidade e mortalidade e determinados tipos de estrutura demográfica. Algumas destas teorias são “exclusivas” da demografia – como sucede com a teoria da transição demográfica -, enquanto outras fazem apelo a ciências sociais mais gerais. Neste campo, e dada a formação teórica de base do autor deste relatório, é dada alguma primazia às teorias de âmbito sociológico – embora a natureza interdisciplinar dos estudos populacionais esteja sempre presente.

No plano das teorias migratórias, são também apresentados os instrumentos que permitem explicar os tipos e as tendências das migrações ao longo do tempo, com relevo para os movimentos contemporâneos. Desta vez, as teorias em análise são escassamente “demográficas”: as teorias sobre migrações têm sido desenvolvidas em sede de várias ciências sociais, sobretudo a economia, sociologia, ciência política e geografia. A acepção das migrações enquanto fenómeno populacional que inter-actua com outros do mesmo género atribui-lhes, porém, um tipo de especificidade que a análise demográfica contribui para esclarecer.

O terceiro objectivo da disciplina é avaliar os principais modos de regulação política da demografia e das migrações. Estes são entendidos, antes de mais, como um dos factores que influencia o comportamento daquelas variáveis – entre um vasto conjunto de elementos de ordem económica e social. Dependendo dos contextos, a acção política tem apresentado alguma intensidade e um êxito diverso. As políticas com incidência na natalidade e mortalidade, e as relacionadas com migrações, têm sido crescentemente aplicadas, muitas vezes com objectivos de desenvolvimento. O objectivo é enumerar os modos de acção política disponíveis, bem como avaliar as suas possibilidades de realização dos objectivos expressos.



Um quarto objectivo é equipar os alunos com um conjunto mínimo dos métodos e técnicas de análise da população. Este objectivo não pode ser demasiado ambicioso. A especificidade e a sofisticação metodológica de várias das técnicas de análise demográfica actuais exigiriam um tempo de leccionação (e, por vezes, uma formação de base dos alunos) que não se encontram disponíveis. Ainda assim, pretende-se familiarizar os alunos com as principais linguagens e métodos neste campo, de modo a que compreendam e saibam interpretar os indicadores demográficos mais correntes.

Finalmente, a disciplina procura estudar os principais problemas populacionais contemporâneos. A apresentação destes problemas funciona, em muitos casos, como pretexto para falar das teorias disponíveis e dos métodos e técnicas de análise mais pertinentes. Descrever a explosão demográfica dos países em vias de desenvolvimento, a sua quebra recente de natalidade, o envelhecimento demográfico dos países desenvolvidos ou as tensões migratórias entre o Sul e o Norte, funciona tanto pelo valor intrínseco do conhecimento destes fenómenos, como pela possibilidade de suscitar a aplicação de teorias, métodos e técnicas de análise. Mais em geral, estes problemas são sempre apresentados como lugares cruciais de intersecção de temas de população e desenvolvimento.

Deve ainda referir-se que a diversidade de formações de base dos estudantes do mestrado impõe alguns constrangimentos ao modo de leccionação de *População e Desenvolvimento*. Como decorre das condições de admissão de estudantes, e como tem sido evidente ao longo dos anos de funcionamento do mestrado, entre os alunos encontram-se licenciados em economia, gestão, relações internacionais, sociologia e outras áreas científicas. A desigualdade de equipamentos e linguagens teóricas entre os estudantes cria dificuldades particulares de leccionação – à semelhança do que sucede com outras cadeiras do mestrado. O objectivo, no nosso caso, é sempre realizar uma conciliação entre a apresentação rigorosa dos temas da disciplina e a criação de condições para uma captação “mínima” destas problemáticas. Por outras palavras, a intenção de formar “especialistas” em população e desenvolvimento tem, por vezes, de ceder face à prioridade em despertar nos alunos a sensibilidade para a relevância dos temas populacionais na análise do desenvolvimento.

#### **4. Programa**

As linhas programáticas da disciplina de *População e Desenvolvimento* são as seguintes:

1. Teoria e Metodologia do Estudo da População
2. Problemas de População nas Sociedades Contemporâneas
  - 2.1. Crescimento Demográfico dos Países em Desenvolvimento
  - 2.2. Envelhecimento das Sociedades Desenvolvidas
  - 2.3. Migrações Internas e Internacionais
3. Teorias da População
  - 3.1. Crescimento Populacional e Transição Demográfica
  - 3.2. População, Recursos e Desenvolvimento
    - Teorias Malthusianas e Não Malthusianas
    - Teorias de Incidência Demográfica
    - Políticas de População
  - 3.3. Migrações, Espaço e Mercados de Trabalho
    - Teorias das Migrações
    - Políticas Migratórias
4. Métodos de Análise Demográfica
  - 4.1. Estrutura e Dinâmica Populacional
  - 4.2. Migrações Internas e Internacionais
  - 4.3. Outros Indicadores Populacionais

Estas linhas programáticas têm-se mantido, de forma genérica, desde que a disciplina foi introduzida no mestrado em DCI.

## 5. Conteúdos

Nesta secção do relatório iremos examinar, em pormenor, o conteúdo do programa de *População e Desenvolvimento*. Para tal, serão descritas as linhas programáticas destacadas na secção anterior e observados os conteúdos pormenorizados de cada uma. O número de aulas dedicado a cada um dos temas será referido na secção seguinte do relatório.

A sequência adoptada, no programa, merece um comentário prévio. Logo depois da discussão das questões teóricas e metodológicas de base do estudo da população, a filosofia da disciplina consiste em apresentar um ponto de “problemas da população”, isto é, factos demográficos que se revelam cruciais para caracterizar a contemporaneidade. Em seguida são introduzidas as principais teorias e métodos de análise. Pensamos que esta aproximação é melhor do que a contrária – a exposição árida das teorias e métodos para, depois, se passar aos factos e “problemas”. É certo que a exposição dos “problemas” está teoricamente orientada pelas teorias existentes (os “factos” nunca se revelam por si próprios). Mas pensamos que esta abordagem é mais didáctica, sobretudo tendo em conta a diversidade de origens científicas e disciplinares dos estudantes do mestrado e a sua não familiaridade (na maioria dos casos) com o tema da população e desenvolvimento. Esta conclusão decorreu da experiência adquirida com alguns anos de leccionação da disciplina, uma vez que ambas as aproximações ao programa foram já tentadas.

É o seguinte o conteúdo pormenorizado do programa da disciplina <sup>2</sup>:

### *1. Teoria e Metodologia do Estudo da População*

O objectivo deste ponto é avaliar o estatuto científico dos estudos sobre a população. Como destaca Pressat (1978: 9-16), o pensamento sobre a população é bastante antigo, remontando à Grécia e à China antigas. O seu surgimento enquanto ciência, isto é, enquanto resultado de uma observação e reflexão

---

<sup>2</sup> Alguns destes pontos são semelhantes aos existentes nas linhas programáticas da disciplina de *População e Estratificação Social*, do mestrado em Sociologia Económica e das Organizações do

rigorosas de tipo “científico”, é mais recente. Segundo Pressat, a demografia como ciência da população ou, pelo menos, metodologia de carácter científico apresenta uma origem dupla. Na sua vertente mais quantitativa, descende de John Graunt, um autor inglês do século XVII. Este publicou em 1662 um estudo que é hoje considerado como o precursor das modernas tábuas de mortalidade, utilizadas como método de cálculo das esperanças de vida. Mais tarde, em 1855, um autor francês, Achille Guillard, veio a cunhar o termo “demografia” para designar o conhecimento “matemático” das populações.

Na sua vertente mais qualitativa – ou mais propriamente científica – a demografia descende de Malthus. Este autor, o célebre pastor e economista inglês do final do século XVIII e início do XIX, viria a marcar fortemente os estudos demográficos. A primeira edição do seu *Ensaio sobre o Princípio da População* data de 1798. As suas considerações sobre a evolução comparada da população e das subsistências, bem como as soluções que propunha, nunca mais foram esquecidas. Em síntese, Malthus considerava que o potencial de crescimento da população excedia em muito o das subsistências. Propunha obstáculos “positivos” e “preventivos” ao crescimento demográfico e alertava para o perigo das falsas soluções, incluindo o mecanismo redistributivo representado pela Lei dos Pobres (cf. Malthus, s.d.; Nazareth, 1982; Torres, 1996).

A actualidade de Malthus nos estudos populacionais advém de dois factores. Primeiro, mesmo se de forma metodologicamente problemática, reflectiu cientificamente sobre os problemas demográficos, tentando compreender as razões da sua dinâmica e o seu impacto sobre o ambiente económico e social. Segundo, inaugurou uma época (que está longe de estar finda) onde a discussão da relação entre população e recursos – segundo uma perspectiva “malthusiana” (e “neo-malthusiana”) ou “não malthusiana” - encontra múltiplos pretextos para se renovar. Em debate estão sempre os números da demografia, bem como as causas e consequências dos comportamentos demográficos.

---

ISEG/UTL. Por este motivo, a sua apresentação é por vezes adaptada de um outro relatório, do mesmo autor, sobre aquela disciplina (cf. Peixoto, 2002).

Sobretudo desde 1970 desenvolveu-se uma interessante discussão acerca do estatuto científico da demografia. As principais questões em análise foram o papel da teoria nos estudos demográficos; a possibilidade de autonomização institucional de um conjunto técnico de conhecimentos; a eventual existência de duas acepções de demografia – a demografia “estrita” e a “ampla”; e a sua possível subordinação a corpos teóricos mais amplos, como o da sociologia da população (sobre estes problemas, vejam-se Pressat, 1978; Freitas, 1979/1980; Fortuna, 1981; Girard, 1984; Bandeira, no prelo). Um outro tópico em aberto tem sido o do maior ou menor paralelismo entre a perspectiva demográfica corrente e os estudos migratórios.

No sentido “estrito”, a demografia costuma ser entendida como o estudo quantitativo das variáveis “biológicas” – a repartição por sexos e idades, os nascimentos, os casamentos e os óbitos, sobretudo. É este estudo que é habitualmente designado por “análise demográfica” (Pressat, 1973). O património da demografia, neste sentido, é um conjunto relativamente sofisticado de métodos e indicadores estatísticos, que permitem medir com elevado rigor os fenómenos em causa. Ainda segundo Pressat, o estudo completo da população passa por três etapas: a recolha de dados, a análise demográfica (área muito especializada) e a explicação. Noutros termos, a “análise demográfica” torna-se uma área de trabalho que dispõe, a montante, de fontes estatísticas e que se expõe, a jusante, a teorias.

O estudo das variáveis “biológicas” justifica-se por serem aquelas que remetem para os factos mais directamente “naturais” da vida humana e também as mais fáceis de medir. Assim, é certamente mais fácil definir e quantificar o género, idade, nascimento e óbitos do que as migrações (cujo processo de definição e medida analisaremos adiante) ou as variáveis sócio-económicas, como o nível de instrução e a actividade profissional. É certo que tal pode não ser inteiramente verídico. A extensão dos “casamentos” para a esfera das “relações conjugais”, terreno fértil para a redefinição de fronteiras conceptuais, complexifica a análise. O mesmo sucede com a extensão da noção de “família” para a de “modelos familiares” (cf., por exemplo, Roussel, 1989 e 1992). Ainda assim, não é difícil

aceitar que, no global, as variáveis mais directamente “biológicas” apresentam maior visibilidade e facilidade de medida.

O conhecimento dos mecanismos da demografia “estrita” apresenta ainda uma virtualidade importante. A estrutura que resulta das variáveis biológicas – por exemplo, a repartição por sexos e idades – está em larga parte sujeita a mecanismos próprios de evolução. O caso mais significativo é o fenómeno que podemos designar como “inércia demográfica” (*demographic momentum*), isto é, o facto de o crescimento demográfico apresentar efeitos estruturais que não podem ser controlados no curto prazo. Tal resulta de as diferentes “gerações” produzirem efeitos compulsivos, de certa forma “automáticos”, à medida que vão avançando no tempo. Por exemplo, um rápido crescimento demográfico no momento  $t$  terá repercussões importantes no momento  $t+n$ , quando a geração larga de crianças nascidas em  $t$  chegar, por sua vez, à idade de reprodução (mesmo que o índice sintético de fecundidade seja baixo, o número absoluto de nascimentos será sempre elevado). Por esta razão, uma população que atinja um nível médio reduzido de nascimentos (igual ou inferior ao limiar de substituição de gerações) não passa imediatamente a apresentar um crescimento fraco ou nulo da população (cf. Crook, 1997: 88-89).

A utilização de uma demografia “estrita” não pode, porém, prescindir de corpos teóricos mais amplos. Retomando a terminologia de Pressat, a “análise demográfica” situa-se entre a recolha de dados e a explicação. A relação privilegiada não pode ser apenas a que liga a recolha de dados à sua análise quantitativa. Como se sabe, o percurso das teorias para os métodos, e destes para as fontes, também deve ser efectuado (cf. Almeida e Pinto, 1976; Silva e Pinto, 1990), de modo a enriquecer o estudo populacional. É nesta acepção que se configura o que podemos designar como demografia “ampla”.

De facto, a explicação para o tipo de evolução das variáveis biológicas transcende, em muito, o campo das ciências naturais. Podemos admitir que existem, sobretudo, três (quase) invariantes biológicas na evolução de uma população: a relação entre sexos ao nascimento (nascem cerca de 105 indivíduos do sexo masculino para 100 do sexo feminino), a sobremortalidade masculina

(os homens tendem a morrer mais do que as mulheres, nas diferentes idades) e a degradação natural do ser humano (a esperança de vida não se pode prolongar indefinidamente). Mas mesmo estas variáveis estão hoje sujeitas a desafios crescentes, sob a responsabilidade de escolhas humanas (por exemplo, o padrão de nascimentos na China, onde se verifica um excesso de nascimentos do sexo masculino) ou de avanços tecnológicos.

Não considerando estas “invariantes”, todos os fenómenos demográficos estão profundamente sujeitos a lógicas sociais. O nível de fecundidade de uma população, por exemplo, está bastante relacionado com a estrutura económica e social. A fecundidade de sociedades tradicionais é muito distinta das urbanas. A fecundidade também varia com as categorias sociais: a existência de comportamentos diferenciais de reprodução biológica numa população está ligada à posição na estratificação social (atente-se, por exemplo, na baixa fecundidade das classes médias urbanas). Podemos admitir que, em larga medida, são as estruturas sociais que levam a um determinado padrão de nascimentos ou mortes. Neste sentido, a análise da população é também a análise da sociedade em que ela está inserida: daí que a demografia se tenha de articular com outras ciências sociais. A “demografia social” ou a “sociologia da população” (cf. Pressat, 1978, entre outros) são ilustrações teóricas da necessidade de efectuarmos um estudo social e económico “amplo” da população.

Quanto ao estudo das migrações, este apela, imediatamente, para uma perspectiva que não pode ser apenas quantitativa. A análise das migrações como um dos tópicos de interesse empírico do demógrafo não costuma ser posta em causa. Na expressão clássica de Bourgeois-Pichat, “(...) quando dizemos que o homem nasce, vive durante certo tempo, no decorrer do qual se reproduz, se desloca e, finalmente, morre, estamos a definir o essencial das preocupações do demógrafo. Em demografia, tudo se relaciona com estes acontecimentos fundamentais” (Bourgeois-Pichat, 1978: 12). Os problemas resultam, sobretudo, das dificuldades conceptuais relacionadas com as migrações, da escassez de informação estatística detalhada e do apelo a teorias diversas das que correspondem aos comportamentos “biológicos”.

Do ponto de vista conceptual, a primeira dificuldade corresponde, precisamente, a definir “migração”. Etimologicamente, migrar significa mudar de residência. Uma tradição sólida nas pesquisas sobre migrações tende, porém, a distinguir “mobilidade residencial”, em que são estudadas sobretudo deslocações internas a perímetros urbanos, de “migração”, onde se singularizam as deslocações caracterizadas por mudança de quadro de vida. Neste último aspecto, indica-se que a migração envolve mudança de emprego, de relações sociais habituais, de locais de consumo – para além, naturalmente, de residência. Uma outra forma de mobilidade que não é migratória são, também, as deslocações pendulares (*commuting*). Na expressão de Jackson (1991), a migração envolve uma tripla mudança: geográfica, social e temporal (esta última no sentido de existir alguma durabilidade da deslocação). (cf., para maior desenvolvimento, Peixoto, 1998 e 2001).

Mesmo definida genericamente, a migração encerra uma enorme variedade de situações. A construção de tipologias migratórias permite captar algumas categorias particulares. A introdução de eixos de análise conduz à identificação de alguns tipos de migrações mais habituais: o tipo de fronteiras administrativas atravessadas (migrações internas ou inter-regionais e internacionais), a duração do movimento (migrações temporárias e permanentes), o grau de voluntariedade (migrações voluntárias e forçadas, incluindo refugiados), o tipo de motivação (migrações de trabalho, reunião familiar, motivos de saúde ou estudo, etc.) (Federici, 1991). A introdução da noção de “espaços de vida” e a construção de uma tipologia de mudanças de espaço de vida complexifica ainda mais a análise (Courgeau, 1988). As várias formas de mobilidade existentes carecem, assim, de um estudo diferenciado.

Se acrescentarmos ao cenário de dificuldades conceptuais os problemas em recolher dados estatísticos abundantes (o que veremos no último ponto do programa) e a variedade das teorias mais relevantes, não surpreende que muitas vezes os estudos “migratórios” não surjam com o mesmo estatuto dos “demográficos”. Porém, enquanto fenómenos da população, pensamos que as migrações se podem estudar com uma perspectiva idêntica: são susceptíveis de



medida e quantificação; exigem uma problematização e explicação teóricas; e surgem como transversais a fenómenos mais amplos, de tipo económico, social e político.

## *2. Problemas de População nas Sociedades Contemporâneas*

A análise dos principais problemas de população nas sociedades contemporâneas inicia-se com a exposição de alguns dados quantitativos sobre a população mundial. Em primeiro lugar, são apresentados números sobre o total da população mundial, por grandes regiões do mundo (Europa, África, América, Ásia e Oceânia), em diferentes momentos do século XX (1950 e 2000) e no futuro próximo (projeções demográficas para 2050). Em segundo lugar, o crescimento demográfico que decorre destes números (em 1950-2000 e 2000-2050) é decomposto nas suas componentes: crescimento natural (nascimento menos óbitos) e migratório, no mundo e naquelas regiões (para um exemplo de apresentação destes números, veja-se Monnier, 2000). Como foi referido na secção 3 deste relatório, o objectivo da apresentação destes dados sobre a população é suscitar a reflexão e o debate sobre os principais problemas em causa, tanto a nível mundial como regional. Esta discussão é prévia à apresentação de teorias que contribuem para explicar as dinâmicas existentes.

### *2.1. Crescimento Demográfico dos Países em Desenvolvimento*

Os países em vias de desenvolvimento concentram, hoje, a maioria da população mundial. Considerando os números das Nações Unidas para 2000, aquele grupo de países conta com 4867,1 milhões de habitantes, isto é, 80,4% da população mundial, contra 1188 milhões, isto é, 19,6%, nos países desenvolvidos. Tomando os grandes continentes, a Ásia é o continente mais populoso do mundo, com 3682,6 milhões de habitantes, seguida da África (784,4 milhões), Europa (728,9 milhões) e América Latina e Caraíbas (519,1 milhões) (cf. ONU/FNUAP, 2000). A maior parte da população dos países menos desenvolvidos está concentrada na Ásia, com a África e a América Latina a representarem uma fracção assinalável.

Estes números representam uma diferença substancial em relação ao passado - e os padrões demográficos que representam tendem a reforçar-se ainda mais no futuro. Em 1950, a Ásia concentrava 55,7% da população mundial, contra 60,8% em 2000 e 59,1% em 2050. O ligeiro decréscimo verificado entre 2000 e 2050 será mais do que compensado pelo crescimento da população africana. Esta representava 8,8% do total em 1950, 13% em 2000 e deverá concentrar 19,8% em 2050. Enquanto as Américas estabilizam em todo este período, a Europa não pára de descer: ela passa de 21,6% do total em 1950 para 12% em 2000, devendo continuar a cair até aos 7% em 2050 (cf. ONU/FNUAP, 2000 e Monnier, 2000).

Em valores absolutos, o ritmo de crescimento da população dos países em vias de desenvolvimento é muito intenso. O incremento de cerca de cinco pontos percentuais da população asiática entre 1950 e 2000 (55,7% para 60,8%) representa, na prática, um aumento absoluto de 1402 para 3683 milhões de habitantes (um crescimento absoluto de mais de duas vezes e meia). O aumento percentual aproximado da população africana, no mesmo período (8,8% para 13%), significa uma passagem de 221 para 784 milhões de habitantes (um aumento absoluto de três vezes e meia). Sobre o pano de fundo de um forte aumento de população a nível planetário – 2519 milhões de habitantes em 1950, 6055 em 2000 e uns previsíveis 8909 em 2050 -, o motor demográfico está todo do lado dos países em desenvolvimento. É neles que se situam os maiores incrementos absolutos e relativos da população.

É certo que, na actualidade, a maioria dos países em vias de desenvolvimento avança rapidamente no processo da transição demográfica, através de uma tendência segura para o declínio da natalidade e mortalidade, o que se reflecte numa diminuição acentuada das taxas de crescimento populacional. Apesar disso, o aumento absoluto e relativo ainda é substancial. O elevado crescimento, desigual de continente para continente, pode resultar de elevados volumes populacionais de base (forte aumento absoluto, mesmo com reduzidas taxas de crescimento), de níveis de natalidade ainda superiores aos dos países mais desenvolvidos (desníveis por vezes muito acentuados), ou de situações de inércia demográfica (*demographic momentum* - em que gerações largas

contribuem abundantemente para a reprodução, mesmo com uma diminuição significativa da descendência média).

Os principais problemas decorrentes do forte aumento demográfico nestes países têm sido várias vezes diagnosticados (ver, entre outros, Cassen *et al.*, 1994; Torres, 1996; Crook, 1997). Em primeiro lugar, verifica-se uma escassez absoluta ou relativa de recursos. Esta escassez pode descrever-se a vários níveis. Por um lado, são frequentes os problemas de alimentação, infra-estruturas de saúde, saneamento urbano, água potável ou equipamentos escolares. Por outro lado, os recursos financeiros, públicos ou privados, são insuficientes para gerar emprego e riqueza proporcionalmente equivalentes ao aumento populacional. Embora a discussão teórica acerca destes temas seja complexa – ver ponto 3.2 do programa -, é certo que grande parte dos problemas existentes são específicos a contextos de forte pressão demográfica.

Em segundo lugar, e de modo relacionado, os desafios colocados às escolhas públicas (políticas alternativas) são muito elevados. Os Estados são confrontados com dinâmicas demográficas muito fortes, que frequentemente se caracterizam por elevados aumentos de população tanto no campo como nas cidades (conjugando estas últimas o efeito do crescimento natural e do migratório, num contexto habitual de forte desequilíbrio da rede urbana). Perante este cenário, a afectação de recursos escassos torna-se especialmente problemática, havendo necessidade de optar entre usos alternativos sempre insuficientes (por exemplo, o investimento público nas grandes cidades torna-as ainda mais atraentes, reforçando o êxodo e o gigantismo urbano relacionados). Em larga parte devido ao crescimento demográfico, os problemas a nível da saúde, educação e políticas sociais mais amplas tornam-se, assim, endémicos.

Em terceiro lugar, estes países conhecem uma pressão migratória iniludível em direcção aos países mais desenvolvidos. As populações locais, confrontadas com a escassez de recursos a nível local e nacional e com a abundância relativa em países mais desenvolvidos; e tendo acesso a informação sobre oportunidades migratórias nesses países (através de redes familiares, redes de tráfico ou, simplesmente, *mass media*) – colocam-se numa situação de migração potencial.

Esta situação é particularmente gravosa porquanto as políticas de imigração dos países mais desenvolvidos são, genericamente, restritivas. Este contexto não deixa de ser irónico, porque se sabe que os países europeus, durante o seu maior período de crescimento demográfico (século XIX e início do século XX), conheceram a oportunidade de migrações internacionais quase livres, sobretudo para o continente americano.

## *2.2. Envelhecimento das Sociedades Desenvolvidas*

Os países mais desenvolvidos conhecem, pelo seu lado, uma série de problemas quase simétricos aos dos países em vias de desenvolvimento. Segundo as Nações Unidas, no ano 2000, em valores agregados, aqueles representam 1188 milhões de habitantes, isto é, 19,6% da população mundial. Considerando os seus principais segmentos, a Europa conta com 728,9 milhões de habitantes e a América do Norte com 309,6 milhões (cf. ONU/FNUAP, 2000). A sua participação no mundo tem vindo a decrescer. A Europa contava com 21,6% do total da população mundial em 1950, 12% em 2000, e deve atingir os 7% em 2050. A América do Norte tem vindo a decrescer de forma mais ligeira, numa proporção que está longe de compensar a quebra europeia (cf. Monnier, 2000).

A evolução da população dos países desenvolvidos apresenta alguns padrões recorrentes. Na sua maioria, os processos de transição demográfica – isto é, queda da mortalidade seguida de descida da natalidade – encontravam-se muito avançados nas primeiras décadas do século XX. Isso significou que, sobretudo desde meados deste século, os seus ritmos de acréscimo populacional foram muito débeis e que o processo de envelhecimento demográfico se acentuou. Porém, a Europa teve uma evolução diversa da América do Norte (e também das outras regiões do mundo desenvolvido – Japão e Oceânia, em particular). A estabilização da população, ou mesmo o seu declínio, foram mais precoces; os níveis de natalidade actuais são os mais baixos; e a imigração está longe de compensar o declínio (sobre alguns aspectos da evolução da população europeia, ver Hall e White, 1995 e Peixoto, 1996, entre outros; para algumas diferenças entre a Europa e América do Norte, veja-se o recente *The Economist*, 24/8/2002).

Os maiores problemas dos países desenvolvidos decorrentes da sua evolução demográfica – mais salientes no caso europeu - são a implosão demográfica (o declínio continuado da população devido a um crescimento natural – diferença entre nascimentos e mortes – negativo); a baixa fecundidade (apesar de alguma tendência recente para a estabilização, parcialmente explicável pelo adiamento da maternidade para idades tardias – ver Sardon, 1990; Peixoto, 1993); o envelhecimento (decorrente da quebra da natalidade e, mais recentemente, dos maiores ganhos a nível da mortalidade); o impacto do envelhecimento sobre os recursos (o desequilíbrio crescente entre o número de pensionistas e o de activos, e os desafios aos mecanismos de segurança social para resolver o problema do financiamento das reformas - ver Fernandes, 1997 e Mendes, 1995); a precariedade crescente dos vínculos conjugais (ligada a alguma tendência para o isolamento ou, pelo menos, para a multiplicação dos modelos familiares - Almeida *et al.*, 1998; Bandeira, 1996; Anália Torres, 1996); e a necessidade estrutural da imigração, como modo de atenuar alguns destes problemas demográficos (imigração que é, porém, confrontada com a reacção muitas vezes adversa da sociedade civil e das políticas públicas).

A questão das “migrações de substituição” (*replacement migration*) é, precisamente, uma das mais debatidas no contexto demográfico actual. Um recente estudo das Nações Unidas (ONU, 2000) quantificou as variáveis em causa. Com os actuais ritmos de evolução demográfica dos países desenvolvidos (estabilização em baixos níveis ou apenas ligeiro aumento da natalidade; estabilização em baixos níveis ou ligeiro aumento, decorrente do envelhecimento, da mortalidade) serão necessários largos volumes de imigração para sustentar o declínio quantitativo da população; sustentar o declínio da população em idade activa; e impedir o aumento do envelhecimento. Ainda assim, mesmo com imigração, apenas os dois primeiros objectivos são exequíveis. Eles exigirão, em qualquer caso, a manutenção ou o aumento dos volumes de imigração em muitos dos países desenvolvidos (numa quantidade variável consoante os contextos). A eliminação do processo de envelhecimento surge como absolutamente inverosímil (cf., também, Leridon, 2000).

### *2.3. Migrações Internas e Internacionais*

O primeiro aspecto a destacar na análise das migrações contemporâneas é o das migrações internas ou inter-regionais. Noutros termos, o que está em causa é a distribuição da população entre regiões ou, numa perspectiva particular, entre contextos urbanos e rurais. A descrição das principais tendências deve ser claramente distinguida entre os países desenvolvidos e os países em vias de desenvolvimento. No caso dos países mais desenvolvidos tem sido enunciada uma sequência mais ou menos regular de fases de evolução. Nesses países predominaram, entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início dos anos 70, movimentos de urbanização, com tendência para a concentração geográfica das populações (movimentos que se reforçaram com a suburbanização e o alargamento das metrópoles); entre os anos 60 e o final dos anos 80 verificaram-se movimentos simétricos de contra-urbanização e o desenvolvimento de redes espaciais complexas; e entre os anos 80 e a actualidade registaram-se fenómenos de renascimento urbano, embora sem desaparecer a noção de rede (cf. Champion, 1989; Champion e Fielding, 1992; Ferrão, 1992; Peixoto, 1998).

No caso dos países em vias de desenvolvimento a evolução parece ter sido menos complexa. A tendência que se tem genericamente demonstrado, nas últimas décadas, é sobretudo a de uma intensa urbanização, com forte concentração geográfica das populações. Esta situação, caracterizada por uma forte migração rural-urbano, é bastante assimétrica, denotando o fluxo de múltiplos meios rurais para um conjunto restrito de grandes cidades (as “cidades primaciais”), frequentemente as capitais. A rede urbana torna-se muito desequilibrada, devido à ausência de cidades de dimensão média. Este fenómeno explica, parcialmente, o gigantismo que as maiores cidades do mundo em desenvolvimento têm apresentado – fale-se dos núcleos centrais ou do seu conjunto extenso de subúrbios (ver Bairoch, 1985; Gugler, 1997; Farvacque-Vitkovic e Godin, 1998; Drakakis-Smith e Smith, 2000).

Uma parcela elevada do crescimento urbano dos países menos desenvolvidos é, porém, de ordem estritamente demográfica. O elevado crescimento natural destes países faz com que tanto os meios rurais como os urbanos conheçam um

elevado potencial de crescimento “endógeno”. Isto é, a forte aceleração do crescimento das cidades dos países em vias de desenvolvimento não se parece dever, tanto, a um movimento de êxodo rural particularmente intenso (pelo menos muito mais intenso do que o que caracterizou as sociedades mais desenvolvidas no passado), mas à conjugação de fontes exógenas (migrações) e endógenas (crescimento natural) de crescimento (cf. ONU, 1980).

Quanto aos principais movimentos migratórios internacionais da actualidade, as últimas décadas viram suceder-se, em traços gerais, duas vagas migratórias. No contexto europeu, a primeira foi posterior ao fim da Segunda Guerra Mundial, e levou trabalhadores de países periféricos europeus e não europeus para os centros da Europa. A segunda é posterior aos anos 70 e ao “fecho” generalizado das portas migratórias. Nesta última prevalecem fluxos destinados a reunião familiar, migrantes temporários e irregulares. No contexto dos países tradicionais de imigração (América e Oceânia), os fluxos foram ininterruptos, mas com aparente aceleração nos anos 90 devido a entradas irregulares. A noção de “sistemas migratórios” auxilia a descrição destas realidades. Os sistemas migratórios unem países e regiões com intercâmbio migratório frequente, ele próprio resultado de outros tipos de intercâmbios (Kritz *et al.*, 1992). O sistema migratório europeu une a Europa a diversas regiões do mundo, origem frequente de movimentos nessa direcção. O sistema norte-americano faz deslocar indivíduos latino-americanos e outros para os EUA e, em menor grau, Canadá. Movimentos intra-asiáticos ou intra-africanos também ocorrem, fornecendo uma imagem complexa do mapa mundial de migrantes (cf. Appleyard, 1991; Castles e Miller, 1993; Gould e Findlay, 1994; Castles, 2000; Stalker, 2000).

Em termos quantitativos, não é fácil estabelecer se o volume actual de migrantes internacionais é ou não superior ao verificado em outras épocas históricas - nomeadamente durante a viragem do século XIX para o século XX, período das grandes migrações transoceânicas. Se, em termos absolutos, o volume actual é certamente maior, também a população “em risco” – sobretudo a população actual dos países menos desenvolvidos – é largamente superior. Ainda assim, a importância actual dos movimentos migratórios é muito grande, o que contrasta nitidamente com as atitudes restritivas que caracterizam muita da opinião

pública e das políticas de imigração dos países de acolhimento. Não por acaso, Castles e Miller (1993), intitularam o seu livro, acerca das migrações no final do século XX, como “a idade da migração”.

É certo que, em termos relativos, o número de migrantes em relação à população mundial é bastante baixo. Se relacionarmos o número total de indivíduos que, em todo o mundo, residem num país diferente daquele em que nasceram, ele não ultrapassa 3% da população mundial (cf. Faist, 2000, por exemplo). O que é universalmente aceite, porém, é que as repercussões destes fluxos sobre os países de origem e os de acolhimento são claramente superiores ao seu peso quantitativo. A importância dos migrantes para as economias de origem e destino, o seu grau de perturbação das sociedades e culturas de origem e destino (incluindo os desafios étnicos e multiculturais que decorrem da migração), e a sua influência sobre as políticas nacionais e internacionais, são muito intensos.

### 3. Teorias da População

O objectivo deste ponto é introduzir teorias que permitam esclarecer as tendências populacionais vistas anteriormente. Depois de descritos os “factos” e de se terem constatado os maiores problemas decorrentes, é chegada a ocasião para os tentar explicar e situar teoricamente. As teorias que serão invocadas cabem na noção “ampla” de demografia que acima foi explicitada. Não se trata de descrever teorias “demográficas” – porque, com muito poucas excepções, quase não existem -, mas de reunir contributos teóricos de diferentes ciências sociais que possam explicar as tendências populacionais relatadas. Apesar de, devido à formação do autor deste relatório, várias das teorias apresentadas deterem uma matriz sociológica, muitas provêm de outros campos disciplinares, o que resulta inevitavelmente do carácter multidisciplinar deste objecto científico.

De uma forma geral, podemos admitir que as teorias relevantes para explicar os factos da população se dividem entre teorias de “longo alcance” e de “médio alcance” - adoptando, para este efeito, a célebre descrição de Merton sobre as *middle-range theories* (Merton, 1965). No primeiro caso situam-se teorias que



procuram explicar um largo espectro de factos demográficos. Adoptando um conjunto de variáveis independentes relativamente reduzido, procuram inter-relacionar vários fenómenos demográficos (crescimento demográfico, natalidade, mortalidade, estrutura familiar...) ou económico-sociais (nível de vida, subsistências...) e explicá-los em simultâneo. Muitas vezes, é procurada mais a elaboração teórica do que a observação empírica sistemática. As teorias da transição demográfica e as teorias malthusianas, neo-malthusianas e não malthusianas enquadram-se, quanto a nós, nesta acepção.

Por teorias de “médio alcance” entendemos aquelas cujo objectivo é apenas explicar uma variável determinada. Os esforços teóricos que pretendem esclarecer, em separado, a variação da natalidade, da mortalidade, das estruturas familiares ou da migração situam-se neste domínio. Em lugar de grandes generalizações teóricas, procura-se entender o comportamento de uma variável específica, frequentemente num contexto espaço-temporal bem determinado. A elaboração de hipóteses e uma permanente observação empírica sustentam este objectivo. Neste sentido, múltiplas teorias podem ser aqui contabilizadas, incluindo, por exemplo, as teorias económicas da fecundidade (sobre os custos da criança), as teorias sociológicas da família ou as teorias das migrações.

### *3.1. Crescimento Populacional e Transição Demográfica*

Uma das teorias mais relevantes para explicar as dinâmicas populacionais da actualidade é a teoria da transição demográfica. Esta teoria é talvez a única reivindicada especificamente pelos demógrafos. Tal sucede porque encarou, como seu objecto de análise, exclusivamente algumas variáveis demográficas muito simples e porque foi institucionalmente desenvolvida no seio da comunidade de demógrafos (cientistas sociais que se designam – ou são designados – como tal). A teoria da transição demográfica explica de que modo todos os países passam de um período caracterizado por altas taxas brutas de natalidade e mortalidade para um outro caracterizado por baixas taxas brutas de natalidade e mortalidade. Este processo de transição, que se processa por fases - primeiro o declínio da mortalidade, depois o declínio da natalidade -, ocorre na sequência do desenvolvimento sócio-económico (cf. Nazareth, 1982). O período

de transição dá origem a elevadas taxas de crescimento populacional, devido a uma dinâmica prolongada de crescimento natural (natalidade superior à mortalidade).

Apesar das múltiplas críticas que lhe têm sido estabelecidas, a teoria da transição demográfica apresenta um largo horizonte de aplicação. A vantagem de observar apenas taxas brutas de natalidade e mortalidade é a de poder trabalhar com indicadores populacionais muito simples, que podem ser conhecidos (ou estimados) para muitas regiões do mundo em diversas épocas históricas. O acompanhamento da evolução dessas taxas permite concluir, de facto, por uma evolução genericamente semelhante à vaticinada pela teoria. Os períodos de “explosão demográfica” conhecidos pelos actuais países desenvolvidos, entre o século XIX e o início do século XX, e pelos actuais países em vias de desenvolvimento, desde o segundo quartel do século XX, encontram um bom suporte empírico na descrição das dinâmicas naturais efectuada pela teoria.

O criticismo advém de várias razões. Antes de mais, a evolução quantitativa das taxas de natalidade e mortalidade é raramente tão simples quanto a descrita pela teoria. Os níveis de partida e de chegada das taxas brutas, a velocidade de declínio da natalidade e da mortalidade, o desfasamento entre a queda da mortalidade e a da natalidade, ou mesmo a sequência verificada (existem casos onde a natalidade declina primeiro do que a mortalidade) – revelam uma complexidade maior do que a postulada pela teoria. A prioridade atribuída ao factor causal “desenvolvimento sócio-económico” também é discutível. Primeiro, porque se trata de um conceito de largo espectro, onde diferentes variáveis poderão ter um papel muito desigual consoante os contextos. Segundo, porque os actuais países em vias de desenvolvimento viram iniciar-se a sua transição (queda da mortalidade), não por um processo claro de desenvolvimento, mas pela importação de tecnologias (pesticidas e vacinas, por exemplo). O desfasamento entre a queda precoce da mortalidade (provocada por factores exógenos) e uma queda tardia da natalidade (essa, sim, mais ligada a dinâmicas “endógenas”) explica, precisamente, o elevado volume do crescimento demográfico verificado naqueles países.

Mais recentemente, foi introduzida a noção de segunda transição demográfica (Kaa, 1987). A sua novidade é simultaneamente quantitativa e qualitativa. O primeiro argumento é o de que, após o final da primeira transição demográfica, onde a população tende a estabilizar, se assiste a um processo de declínio sustentado, devido a uma progressiva diminuição dos níveis de natalidade e a um aumento da mortalidade (decorrente do envelhecimento). O segundo argumento é o de que os factores básicos da mudança – no que se refere à variação da fecundidade - deixam de ser de ordem sócio-económica para se ligarem ao domínio cultural. São as transformações culturais e normativas verificadas nas sociedades contemporâneas mais desenvolvidas que vão conduzir a um novo processo de mudança, devido ao alastrar de um individualismo crescente. É o cálculo individual que leva a que a natalidade continue a baixar e que a relação conjugal se torne cada vez mais instável (o que contrasta com o período da primeira transição, onde o declínio da natalidade era realizado no seio de uma entidade colectiva sólida – a família nuclear).

### *3.2. População, Recursos e Desenvolvimento*

#### *- Teorias Malthusianas e Não Malthusianas*

As teorias “clássicas” na área de população e desenvolvimento são de raiz malthusiana. Malthus, como vimos atrás, foi o autor do célebre “princípio da população”. Por ele entendeu a dinâmica diferenciada da população e dos recursos alimentares (subsistências). Enquanto a primeira, se não fosse controlada, tinha tendência a crescer numa progressão geométrica, os segundos não poderiam fazer melhor do que crescer em progressão aritmética. Esta asserção era baseada em algumas observações empíricas – dados sobre o crescimento da população em contextos de abundância alimentar e sobre o crescimento dos recursos em condições económicas e tecnológicas favoráveis. O resultado destas dinâmicas comparadas seria, inevitavelmente, a escassez de recursos a prazo para uma população em crescimento. Resultava daqui a necessidade de limitar, de um modo ou de outro, essa tendência impossível da população – o crescimento geométrico dos seus números.

As soluções que Malthus propunha são bem conhecidas. Os obstáculos “preventivos” ao aumento da população eram a única solução moralmente aceitável. Entendia-se, neste ponto, a prática da “obrigação moral”: o retardamento do casamento e dos nascimentos até ao ponto em que uma família tivesse condições económicas favoráveis. Os obstáculos “positivos” eram igualmente eficazes, mas moralmente inaceitáveis: a fome, as guerras, as doenças ou, simplesmente, o “vício” (contraceção, aborto ou infanticídio). Eventuais aumentos, acima do esperado (superiores ao padrão aritmético), dos recursos eram uma panaceia meramente temporária. A prática do comércio internacional, por exemplo, aliviaria certos problemas no curto mas não no longo prazo. A redistribuição dos recursos – como a preconizada na Lei dos Pobres – era uma falsa solução (cf. Malthus, s.d.; Nazareth, 1982; Torres, 1996).

Independentemente das limitações do pensamento do autor – de ordem metodológica, relacionadas com a debilidade empírica da sua teoria, ou de ordem epistemológica, devido ao seu normativismo evidente -, o certo é que não mais se deixou de falar de “malthusianismo”. Se, num primeiro momento, a discussão sobre recursos se limitou ao plano das subsistências alimentares, mais tarde alargou-se a todos os recursos económicos e não económicos – bens alimentares, recursos minerais, recursos energéticos (renováveis e não renováveis) e, mais em geral, qualidade ambiental. Este alargamento da discussão teve lugar, sobretudo, durante o século XX.

Desde a época de Malthus que a discussão se dividiu entre, por um lado, os argumentos “malthusianos” e, posteriormente, “neo-malthusianos” e, por outro lado, os “não malthusianos”. O malthusianismo e neo-malthusianismo afirmam, basicamente, que, devido a dinâmicas demográficas demasiado intensas, a pressão sobre os recursos é muito forte, não sendo possível melhorar a situação senão alterando a demografia – o que, na prática, se traduz por um apelo a uma menor população ou taxa de crescimento populacional, incluindo a necessidade de diminuição da fecundidade. Insiste-se na necessidade de limitação absoluta das dinâmicas demográficas, acusadas de serem a principal variável independente que acciona mecanismos de pobreza ou dificuldades económicas.

Durante o século XX, numerosas leituras da situação económica e social dos países em desenvolvimento têm estado próximas de um neo-malthusianismo simples. Ao se encarar o problema de alguns países asiáticos ou africanos, por exemplo, tem sido admitido, com frequência, que o problema demográfico é um dos mais sérios (quando não o mais sério) obstáculo ao crescimento e desenvolvimento económicos. Algumas posições da ONU, neste aspecto, quase encaixam no epíteto de neo-malthusianismo. As Nações Unidas têm insistido na necessidade de controlo da natalidade como pré-condição ao desenvolvimento destes países. Num sentido mais amplo, o relatório do Clube de Roma, divulgado em 1973, aproximou-se desta perspectiva. Neste caso, não foi apenas a variável populacional a acusada de possuir um crescimento insustentável a prazo – foi também o modelo de crescimento económico vigente. Do lado dos recursos, este relatório foi pioneiro na alusão aos problemas ambientais (para maior desenvolvimento, ver Cassen *et al.*, 1994; Torres, 1996; Crook, 1997).

A crítica ao malthusianismo é tão antiga como Malthus, embora tenha numerosas vertentes modernas. Logo após Malthus (em rigor, imediatamente antes, com Godwin e Condorcet, contra quem aquele autor reagiu) se argumentou que o grande dilema social e económico não resultava da pressão demográfica mas de problemas de distribuição ou de regulação social. A primeira crítica séria resultou das correntes socialistas que vigoraram na Europa do século XIX. Mais recentemente, a negação do peso da variável demográfica manteve-se – embora a perspectiva socialista (ou a teoria marxista) nunca tenham sido exclusivas da argumentação.

Os não malthusianismos simples consistem, por vezes, numa inversão do argumento neo-malthusiano. Aceita-se que a variável populacional não tem poder explicativo de maior sobre as dinâmicas económicas e sociais. Neste caso, ela não constitui a principal variável independente, como no neo-malthusianismo, mas uma mera variável dependente do modelo população-desenvolvimento. Mais em geral, a crítica recente ao malthusianismo tem assentado, sobretudo, em três vertentes: o argumento de que são os problemas de distribuição os causadores da pobreza (ideia já expressa por Godwin e Condorcet, e posteriormente divulgada pelos socialistas e marxistas); a noção de

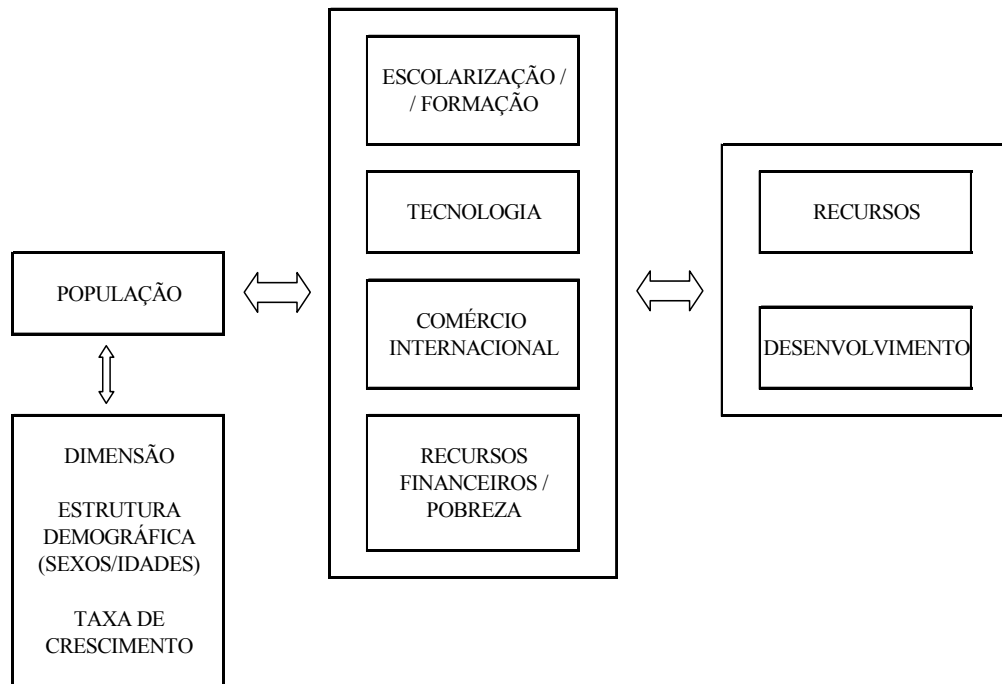
que Malthus subestimou fortemente as capacidades tecnológicas de multiplicação dos recursos (alimentares ou outros); e o argumento de que a pressão populacional pode mesmo constituir, por vezes, o melhor estímulo à inovação e ao desenvolvimento (tese inicialmente expressa por Boserup) (para maior desenvolvimento, ver Cassen *et al.*, 1994; Torres, 1996; Crook, 1997).

Algumas posições recentes podem ser consideradas mais complexas, e não encaixar em argumentos extremos. A discussão reunida no livro de Cassen *et al.* (1994) e a realizada por Torres (1996) e Crook (1997) são disto um bom exemplo. Tomando como inspiração estes trabalhos, podemos estabelecer um conjunto de asserções. A principal tarefa de investigação parece ser enumerar as variáveis “intermédias” entre população e desenvolvimento. Mais do que uma relação linear, tudo depende das variáveis que contextualizam essa relação. A situação concreta dessas variáveis depende de país para país (ou de região para região), pelo que nada pode ser dito de universal acerca da relação população-desenvolvimento. Podemos configurar na forma de esquema uma relação complexa entre população e desenvolvimento (ver *Figura 1*).

As principais variáveis “intermédias” entre população e desenvolvimento são, assim, o nível de escolarização ou formação de uma população; o tipo de tecnologia existente; a situação do comércio internacional; e os recursos financeiros disponíveis no país ou região. A “população” de um país ou região apresenta-se, por sua vez, como uma síntese de três indicadores: dimensão, estrutura demográfica (sexo e idade) e taxa de crescimento. Por “recursos” entendem-se os recursos naturais e económicos necessários à população; e por “desenvolvimento” o conjunto do crescimento económico e do bem-estar. Estas últimas noções, quando agregadas, aproximam-se da ideia de “desenvolvimento sustentável”.

A relação entre a variável “populacional” e o “desenvolvimento” surge, deste modo, mediada pelas variáveis referidas. Perante determinados níveis ou tipos de escolarização / formação, tecnologia, comércio internacional e recursos financeiros, o mesmo constrangimento populacional pode ter resultados completamente diversos sobre o nível de desenvolvimento.

*Figura 1*  
*População, Recursos e Desenvolvimento*



Uma noção associada que nos obriga a relativizar os argumentos neo e não malthusianos simples é a de *carrying capacity*, ou quantidade de população que uma determinada área territorial pode continuamente suportar (cf. Crook, 1997: 86-87). Se criticarmos o sentido meramente estático desta noção (que muitas vezes ocorre) e introduzirmos uma perspectiva dinâmica, a “capacidade” dos territórios para sustentar uma determinada população não é fixa, antes dependendo da mudança tecnológica e do modelo de crescimento económico em vigor, incluindo a disponibilidade do comércio internacional. Por outras palavras, uma mesma dimensão de população pode ser “excessiva” ou “escassa”, num mesmo local, em diferentes momentos do tempo.

Um esquema deste género permite compreender grande parte das perplexidades modernas acerca da relação entre população e desenvolvimento. A observação dos países em desenvolvimento pode, por vezes, fazer crer que a variável

populacional é a grande responsável pelos problemas existentes. Ora crescimentos demográficos igualmente fortes podem ter tido (ou ter, na actualidade) efeitos completamente diversos noutros contextos – incluindo os países de influência ocidental durante o século XIX. Porém, na actual situação de alguns dos países menos desenvolvidos – fracos níveis de educação/formação, tecnologias pobres, comércio internacional desfavorável e recursos financeiros débeis -, a variável populacional torna-se destrutiva.

Como refere Cassen, apenas uma condição demográfica muito particular (crescimento rápido da população) num contexto económico e social singular (pobreza generalizada) nos permite uma leitura claramente negativa dos impactos demográficos. Escreve o autor: “Os autores deste volume chegaram a conclusões que, na maior parte dos casos, suportam a perspectiva que o crescimento rápido da população em países pobres, em condições de fecundidade elevada, é adverso a muitos objectivos de desenvolvimento. (Notem-se os detalhes desta frase: *na maior parte dos casos* suportam a perspectiva; crescimento *rápido* da população, que podemos considerar como superior a 2% ao ano; países *pobres*; condições de *fecundidade elevada*; e *muitos objectivos de desenvolvimento*.) Isto não significa que o crescimento da população a todas as taxas, em todos os tempos, e independentemente da riqueza dos países e da dimensão da sua população tenha necessariamente consequências negativas para todos os aspectos do desenvolvimento” (Cassen *et al.*, 1994: 13-14).

Noutra perspectiva, a dinâmica populacional raramente pode ser acusada de ser a maior ou a única responsável por problemas endémicos de crescimento. Como também sugere Crook, “focarmos excessivamente a nossa atenção na dimensão e no crescimento populacional (...) quando tentamos explicar ou reverter tendências de pobreza, insuficiência alimentar ou destruição de recursos naturais, leva-nos a esquecer alguns factores essenciais. De facto, sem mudanças significativas na gestão dos recursos e nas tecnologias que usamos, o crescimento económico é insustentável mesmo com crescimento zero da população” (Crook, 1997: 88).



### *- Teorias de Incidência Demográfica*

Um outro conjunto de teorias relevantes para a análise demográfica é o das que contribuem para explicar o comportamento de variáveis específicas, como a natalidade, nupcialidade e mortalidade. Estas teorias são aquelas que designámos, acima, como de “médio alcance”. Inclui-se, aqui, um conjunto muito numeroso de teorias, provenientes de vários campos disciplinares, que é impossível enumerar em detalhe. Salientemos, apenas, algumas das contribuições mais relevantes.

No que se refere à análise da natalidade, tem sido salientado tanto o papel dos “determinantes próximos” como o dos determinantes estruturais, de tipo social, económico e político (cf. Crook, 1997: 60). A análise dos determinantes próximos enumera algumas variáveis que incidem directamente, no curto prazo, sobre o nível de nascimentos. Entre elas contam-se os métodos de contracepção disponíveis (o surgimento de métodos “científicos” na segunda metade do século XX provocou uma verdadeira revolução neste campo), os níveis de aborto e infanticídio, a idade ao casamento e a fertilidade biológica da população. Os determinantes estruturais incluem as variáveis mais amplas que condicionam as opções reprodutivas dos indivíduos. Aqui contam-se, entre outros, a estrutura social e económica (incluindo a posição dos indivíduos na grelha de estratificação social e as suas opções diferenciadas em relação à fecundidade, baseadas em critérios sociais ou económicos), as condições de mobilidade social, o contexto territorial (incluindo a distinção entre meios urbanos e rurais), a conjuntura económica, os valores, o estatuto social da mulher e as políticas de população (este último assunto será desenvolvido no ponto seguinte deste relatório) (cf. Michel, 1983; Bandeira, 1996).

No plano da nupcialidade, o que está em discussão são os níveis e tipos de comportamento conjugal de uma população e a sua incidência sobre o comportamento reprodutivo. A análise destas variáveis é largamente tributária da sociologia. O que está em análise é o tipo e predominância das relações conjugais existentes (casamento civil ou religioso, coabitação, etc.) e a sua incidência sobre a reprodução. Neste último campo, devemos avaliar, entre

outros tópicos, o nível de associação (ou dissociação) existente entre sexualidade e reprodução. Em certos contextos sociais, o nível de relação entre casamento e procriação é elevado, pois a situação conjugal está directamente ligada ao comportamento reprodutivo. Noutros contextos, como sucede na sociedade ocidental moderna, casamento, sexualidade e procriação tendem a separar-se – deixando o nível de nupcialidade de ser um bom preditor do nível de fecundidade (cf. Michel, 1983; Bandeira, 1996).

No plano da mortalidade, são relevantes tanto as informações relativas a tecnologia e equipamentos de saúde, como as relativas a condições sociais, económicas e políticas nesta área – o que remete, de novo, para o tema dos determinantes “próximos” e estruturais. No campo das tecnologias e equipamentos de saúde, devem analisar-se os meios disponíveis, num dado contexto, para fazer face à doença e aumentar a longevidade das populações. Essa disponibilidade resulta de constrangimentos técnicos e de opções económicas e políticas. No campo das variáveis sociais, deve ser relevado o papel da vulnerabilidade social face à doença e à morte. O cálculo de esperanças de vida por categorias profissionais ou por grupos sociais é um bom exemplo das desigualdades sociais a este nível. No campo das variáveis económicas e políticas analisam-se outro tipo de condicionantes. Falar de “economia política da saúde”, como acontece em Crook (1997), é demonstrar que parte importante dos níveis de doença e mortalidade num dado contexto resultam de escolhas ou constrangimentos ligados a modelos económicos e políticos mais amplos - por exemplo, a posição de um dado país no contexto de um império colonial (as políticas relacionadas com a mortalidade serão descritas no ponto seguinte).

Em todos estes campos – natalidade, nupcialidade e mortalidade - devemos argumentar que uma leitura de tipo “individualista” (metodologicamente de tipo micro, próxima da ciência económica e da sociologia das escolhas racionais) se pode opor a uma outra “estruturalista” (de tipo macro, próxima das sociologias estruturalistas). Por exemplo, é possível analisar o nível de fecundidade de uma população observando, em pormenor, o tipo de escolhas realizadas por cada agregado. A análise económica dos custos e benefícios da fecundidade revela os pressupostos racionais que estão na base de muitos comportamentos. Uma

elevada fecundidade, por exemplo, pode ser inteiramente racional num contexto de economia agrícola familiar – quando, por vezes, nos pode parecer (erradamente) um comportamento “tradicional”. As análises estruturalistas enfatizam, como é habitual, os factores condicionadores das escolhas: um padrão de localização social e um conjunto de normas sociais ou religiosas constituem preditores do nível de fecundidade agregada de muitas populações. Leituras semelhantes podem ser realizadas perante outros fenómenos demográficos. O estudo da “natalidade social” e o da “mortalidade social” (cf. Pressat, 1978) obedecem a esta última perspectiva.

#### *- Políticas de População*

Face a estas variáveis demográficas, qual é o papel das políticas de população? Por políticas ou programas de população entendemos as medidas adoptadas pelos Estados nacionais - ou, eventualmente, outras entidades políticas deste tipo, a nível regional ou supra-nacional - que, de forma directa ou indirecta, afectam as tendências da população. A observação da importância das políticas pode ser efectuada a nível histórico, tentando captar a correlação entre as medidas adoptadas e o andamento das variáveis demográficas, e a nível prospectivo. Neste último caso, o que se pretende é determinar até que ponto é possível aos Estados nacionais - ou outras entidades de cariz político - intervir sobre as variáveis demográficas, sempre que esta intervenção se justifique nos terrenos da política social ou económica.

A determinação do peso do Estado sobre a evolução das variáveis demográficas é difícil de realizar – antes de mais, porque depende fortemente de contexto para contexto. Em geral, é possível admitir que a acção do Estado é apenas uma entre outras variáveis que determinam o comportamento demográfico. Quer observemos as determinantes “próximas” da demografia, quer as determinantes de tipo estrutural, descortinamos que a explicação para uma dada situação demográfica é sempre complexa.

Considerando a evolução da fecundidade, podemos admitir que a intervenção do Estado é historicamente recente. Se observarmos o andamento da taxa de

natalidade nas sociedades europeias reparamos que a industrialização, a urbanização, o aumento das classes médias e a diminuição das práticas religiosas tiveram um papel de relevo na transição demográfica que ocorreu no século XIX. A descida destes níveis ocorreu mesmo antes de estarem disponíveis os modernos meios de contraceção. A intervenção do Estado só foi suscitada, de modo directo, quando os receios de quebra excessiva da fecundidade ou de implosão demográfica se tornaram reais. O pioneiro, neste campo, foi o Estado francês, no período situado entre as duas guerras mundiais do século XX. O desejo de uma política “natalista” tem desde então acompanhado a sociedade francesa, o que parece resultar do facto de ter sido aí que o processo de descida dos níveis de natalidade primeiro (e mais substancialmente) ocorreu (cf. Sardon, 1990). Na segunda metade do século XX, as políticas “natalistas” foram mais comuns nos países então socialistas da Europa de Leste (cf. Kaa, 1987). A observação dos indicadores demográficos de fecundidade em todos estes contextos europeus leva, facilmente, a concluir que o êxito das políticas oficiais foi, quando muito, moderado.

Nos actuais países em vias de desenvolvimento, a acção do Estado tem sido mais relevante no controlo dos níveis de fecundidade. Segundo Crook (1997: 132), o que tem sido específico na transição de fecundidade no século XX é, precisamente, o papel do Estado. As políticas, neste campo, foram sobretudo adoptadas nas últimas décadas daquele século, no seguimento de algumas Conferências Mundiais sobre a População e da adopção, pelas agências das Nações Unidas, de uma perspectiva neo-malthusiana (cf. Cassen *et al.*, 1994). O que se procurou promover foram campanhas de divulgação dos modernos métodos de planeamento familiar ou mesmo, em alguns casos, medidas constrangedoras de limitação de nascimentos. A eficácia dos Estados nacionais na regulação da fecundidade foi variável. Não considerando casos pontuais de abuso dos direitos humanos (incluindo esterilizações sem consentimento prévio das mães), o seu papel oscilou largamente. Em alguns contextos, como o de vários países africanos, muitas campanhas não tiveram sucesso, a não ser quando estiveram ligadas a programas que agiam sobre determinantes mais gerais da fecundidade (incluindo educação e saúde) (cf. Locoh e Vallin, 1998). Noutros países, como a Índia, a intervenção do Estado teve um êxito escasso. A

China é o caso mais conhecido de elevada eficácia da regulação política, por ter combinado uma acção bem coordenada dirigida à fecundidade (embora por vezes violentadora dos direitos humanos), com mecanismos efectivos de segurança social e uma atmosfera de confiança nas instituições (cf., sobre os casos da Índia e China, Crook, 1997: 140-155).

A combinação de políticas “directas” com “indirectas” no domínio da fecundidade pode levar, porém, a aumentar a responsabilidade do Estado na mudança demográfica actual. Se considerarmos a vertente do desenvolvimento económico e social, a garantia dos direitos humanos e, em particular, a questão da educação, teremos razões para acreditar que se tem produzido uma mudança estrutural com implicações na descida sustentada da fecundidade. Tal reforça-se ainda mais se considerarmos, especificamente, a questão do estatuto da mulher na sociedade e a da educação das mulheres. Tem sido, cada vez mais, afirmado que o estatuto mais igualitário da mulher, em conjunto com as suas maiores possibilidades educativas, são responsáveis por descidas de fecundidade muito intensas em alguns países em desenvolvimento – mais do que acções isoladas de divulgação da contracepção. A descida muito rápida da fecundidade em alguns países do Norte de África nos últimos anos, por exemplo, parece ser indissociável daquelas variáveis (cf. Ouadah-Bedidi e Vallin, 2000).

A mudança de tónica de várias instituições mundiais, incluindo as Nações Unidas, organizações não governamentais e governos nacionais nas suas recomendações políticas e programas sobre a população, é também indiciadora desta viragem. Durante os anos 90, o vocabulário e as recomendações práticas respeitantes à necessidade de controle da fecundidade, expressos em vários encontros internacionais sobre população (como as Conferências Mundiais sobre a População) e programas de acção local, alteraram-se substancialmente. O acento prático é agora colocado sobre o estatuto da mulher e, mais em concreto, sobre o tema da saúde reprodutiva (cf., por exemplo, Sadik, 1995; ONU/FNUAP, 1999 e 2000).

A acção do Estado sobre os níveis de mortalidade tem sido sempre melhor sucedida. Se combinarmos a acção “directa” com a “indirecta” neste campo, as

responsabilidades públicas pela descida generalizada dos níveis de mortalidade, tanto nos países desenvolvidos como em vias de desenvolvimento, são elevadas. No caso das sociedades europeias (ou de influência europeia) no século XIX, a transição da mortalidade foi acompanhada pela melhoria das infra-estruturas urbanas, incluindo saneamento urbano, equipamentos de saúde, educação das populações e melhoria dos canais de distribuição económica. As políticas directamente accionadas para a saúde tiveram, e continuam a ter, importante papel explicativo. No caso dos actuais países em vias de desenvolvimento, a situação é análoga. As políticas directa e indirectamente associadas com a saúde e melhoria das condições de vida são largamente responsáveis pelos (apesar de tudo) baixos níveis de mortalidade actuais. Se pensarmos que a descida da mortalidade se consegue, tanto ou mais, com a disseminação dos hábitos de higiene do que com a disponibilidade de medicamentos, teremos uma clara medida das possibilidades de acção pública neste domínio. A melhoria dos indicadores de saúde nos países em desenvolvimento foi iniciada ainda na época colonial, mas as maiores transformações surgiram após as independências (Crook, 1997: 109ss).

### *3.3. Migrações, Espaço e Mercados de Trabalho*

#### *- Teorias das Migrações*

As teorias sobre migrações podem ser descritas utilizando uma dupla perspectiva (cf. Peixoto, 1998: 39-68). Em primeiro lugar, existem teorias que utilizam um enfoque metodológico predominantemente individualista, isto é, se aproximam da perspectiva económica dominante ou das teorias da escolha racional; e teorias que utilizam um ângulo de análise sobretudo holista ou estruturalista, isto é, que enfatizam o papel das condicionantes estruturais à acção individual. Em segundo lugar, as teorias distinguem-se consoante se refiram a aspectos mais económicos (por exemplo, mercados de trabalho) ou mais sociais (por exemplo, redes familiares) das migrações. Encaradas desta forma, as teorias são capazes de explicar os movimentos migratórios em múltiplos contextos: nacionais (migrações internas) ou internacionais.

Com recurso a este modelo, são descritas nas aulas algumas das principais teorias explicativas das migrações: a teoria económica dominante das migrações (baseada no modelo de atracção-repulsão, ou modelo *push-pull*); a teoria do capital humano; as teorias do mercado de trabalho dual ou segmentado; as teorias do sistema-mundo; as teorias dos sistemas migratórios; as teorias baseadas no ciclo de vida individual; as teorias institucionais, incluindo as que destacam o papel das organizações (e a noção de mercado interno de trabalho) e as que sublinham o papel do Estado (estas últimas sobretudo adaptadas ao estudo das migrações internacionais – ver o ponto seguinte deste relatório); e as teorias baseadas nas redes migratórias (sobre a multiplicidade de teorias aplicáveis ao estudo das migrações, vejam-se ainda Massey *et al.*, 1993; Brettell e Hollifield, 2000).

Algumas teorias ligadas ao estudo do espaço, oriundas da geografia económica e da economia espacial (regional e internacional), são ainda relevantes para explicar as migrações. No que se refere às migrações internas verificadas, ao longo das últimas décadas, nos países desenvolvidos, a deslocação da população esteve sujeita a mecanismos estruturais de reestruturação das economias. As migrações - e as correspondentes modificações das formas espaciais - reflectiram a mudança no tipo de espaços produtivos dominantes.

A fase de urbanização, caracterizada por uma forte concentração espacial de populações e actividades, processou-se num contexto de concentração espacial das unidades produtivas e especialização regional por sectores. Esta fase foi marcada por fortes migrações de sentido rural-urbano ou, mais em geral, dos espaços periféricos para os centrais. A fase de contra-urbanização foi contemporânea da dispersão espacial das actividades, com aumento do número de empresas multi-estabelecimentos e multirregionais, e da hierarquização regional da produção (regiões centrais e periféricas). Declinaram os movimentos migratórios de massa e assistiu-se a alguma inversão dos fluxos tradicionais. A fase de renascimento urbano ocorreu num contexto de reconcentração espacial, com fragmentação das actividades produtivas (desintegração vertical das empresas) e surgimento de novas actividades de serviços. Verificou-se maior atracção dos “centros” e maior selectividade das migrações, a par do aumento de

movimentos migratórios complexos (pendulares, temporários, circulatórios) (cf. Champion, 1989; Champion e Fielding, 1992; Ferrão, 1992; Peixoto, 1998).

Quanto às migrações internas características, no período recente, dos países em vias de desenvolvimento, elas traduziram um outro tipo de dinâmicas territoriais. Na base da forte polaridade exercida, sobre populações e actividades, por um conjunto restrito de cidades de grande dimensão encontra-se uma elevada especialização regional por sectores. A maior parte da actividade económica de tipo industrial (sobretudo a escassa indústria moderna existente), a maioria dos serviços de grau elevado (escolas, hospitais...) e grande parte da administração pública encontram-se polarizados nestas cidades. Os meios rurais, em contrapartida, caracterizam-se basicamente pela manutenção das actividades agrícolas tradicionais. O elevado crescimento urbano das metrópoles surge, assim, simultaneamente como causa e consequência dos desequilíbrios regionais (ver Bairoch, 1985; Gugler, 1997; Farvacque-Vitkovic e Godin, 1998; Drakakis-Smith e Smith, 2000).

As teorias do sistema-mundo, já acima referenciadas, encarregam-se de extrapolar este tipo de raciocínio para o contexto internacional. É agora o surgimento de uma nova divisão internacional do trabalho, em que os países menos desenvolvidos adquirem as actividades económicas periféricas (incluindo algumas actividades industriais) e os países desenvolvidos as actividades centrais, bem como a correspondente mobilidade internacional do capital – que gera as condições de desequilíbrio. Se a mudança resultante permite, por um lado, maior emprego nos países mais pobres, por outro, não obsta ao aprofundamento das desigualdades de rendimento e desestruturação de tecidos locais geradores de migrações.

Outras teorias relevantes para o estudo das migrações, com repercussão tanto a nível interno como internacional, são descritas nas aulas. A teoria da “transição para a mobilidade” de Zelinsky (1971) é particularmente interessante por o autor ter tentado alargar a lógica da teoria da transição demográfica aos fenómenos migratórios. O seu contributo antecipou algumas das mudanças recentes. Segundo o autor, as sociedades passam, com o tempo, de uma fase em que



predominavam os movimentos migratórios “clássicos” (migrações internacionais de povoamento, migrações rural-urbano), para uma outra de direccionalidades mais complexas (movimentos urbano-urbano) e uma fase final de movimentos de “circulação”. Este último conceito retrata a tendência para o aumento generalizado de mobilidade dos agentes, com diversificação dos seus pólos territoriais de vida e fragmentação dos tempos de mobilidade. A figura dos indivíduos em deslocação permanente, no espaço nacional ou no internacional, tende a superar a de uma época em que os espaços de vida individuais se cingiam a limites geográficos estreitos. No limite, segundo Zelinsky, caminha-se para a “mobilidade virtual” (sem deslocação física).

As mudanças sociais, económicas e tecnológicas mais recentes explicam, ainda, a lógica dos novos movimentos. Castells identificou, há alguns anos, a mudança dos padrões territoriais de actuação: segundo ele, as sociedades desenvolvidas tendiam a passar de uma lógica de “espaços de locais” para “espaços de fluxos”. Mais recentemente, generalizou a ideia de uma sociedade em rede, a nível territorial e em outros domínios (cf. Castells, 1989 e 2000). Podemos argumentar que a criação de redes espaciais complexas e de uma maior fluidez dos movimentos humanos não é, porém, independente da manutenção de níveis de centralidade. O conceito de renascimento urbano e o de “cidades globais” (ou “cidades mundiais”) (Sassen, 1991 e 1998) revelam, de facto, que uma nova lógica da utilização do espaço prevalece na actualidade - embora ainda baseada na hierarquização. Continuam a existir espaços onde as actividades de decisão e concepção se concentram, e continua a verificar-se importância da interacção física quotidiana no estabelecimento dos laços sociais. Neste sentido, o magnetismo urbano não deixou de existir, continuando a atrair migrantes – inter-regionais e internacionais -, mesmo se com padrões diversos ou mais selectivos do que no passado.

A última noção abordada, neste ponto do programa, é a das comunidades transnacionais (cf. Cohen, 1997; Portes, 1999; Faist, 2000). Este conceito, introduzido há poucos anos nas teorias migratórias, pretende realçar que a natureza transnacional de muitos dos fenómenos sociais contemporâneos, quer os limites das análises tradicionais da integração social. Assim, em primeiro

lugar, detecta-se mais um sintoma da fragilidade explicativa contemporânea dos Estados-nação: identificar sociedade, ou “vida social”, a um Estado-nação, terá sido aceitável nas origens da sociologia, mas é hoje crescentemente desafiado pelas novas lógicas transnacionais dos agentes e das actividades económicas. Em segundo lugar, tende a ser abandonada a ilusão de que os migrantes se pretendem, generalizadamente, assimilar à sociedade de chegada, perdendo os vínculos sociais e culturais em relação à sociedade de origem. Muitos deles procuram manter uma dupla pertença, guardando propriedades ou laços económicos e sociais na sociedade de origem, e continuando a valorizar as suas identidades culturais.

#### *- Políticas Migratórias*

Tal como Zolberg (1981) afirmou, é o papel dos Estados-nação, e a sua soberania sobre o território, que diferencia as migrações internacionais das internas. As políticas migratórias desenvolvidas pelos países levantam barreiras concretas no mercado económico de trabalho – mercado que, numa perspectiva puramente económica, se aproximaria de um espaço geométrico e abstracto. As políticas dirigidas à imigração actuam num conjunto diversificado de domínios. De forma directa, elas intervêm no controlo das fronteiras (entrada de estrangeiros), concessão do direito de estadia (permissões de residência e de trabalho) e concessão da cidadania plena (políticas de naturalização e nacionalidade). De forma indirecta, intervêm na concessão de direitos específicos aos migrantes, como resultado de políticas sectoriais em áreas como a habitação, emprego ou reconhecimento de diplomas. Neste último aspecto, por exemplo, mesmo se for atribuído a um estrangeiro o direito de residência, o processo de aceitação das suas qualificações é complexo; a natureza institucional das qualificações apresenta-se enraizada nos Estados nacionais e restringe a mobilidade do trabalho (Marsden, 1992). Recentemente tem sido realçada a ligação entre as políticas migratórias nacionais e regulações supra-nacionais. Acordos multilaterais, entidades supra-nacionais como a União Europeia (UE) e princípios internacionais de direitos humanos – todos confrontam a acção política nacional e desempenham um papel crescente nas migrações (Cornelius *et al.*, 1994; Sassen, 1998; Faist, 2000).

A eficácia das regulações políticas nacionais sobre a imigração tem sido objecto de muita investigação. É, de modo geral, aceite que os Estados-nação sempre dedicaram atenção ao assunto, devido a razões práticas envolvendo o mercado de trabalho ou porque o movimento de pessoas pode prejudicar a base administrativa e social sobre a qual estão construídos. Neste aspecto, os migrantes tendem a solicitar os direitos atribuídos no âmbito dos Estados de Bem-Estar e podem modificar as bases culturais e étnicas sobre as quais se edifica a identidade nacional. É significativo que as questões migratórias continuem a resistir às pressões para a regulação internacional, ao contrário do que tem ocorrido em domínios como o comércio ou as finanças. Não é também por acaso que as migrações são uma das áreas onde as entidades supra-nacionais, como a UE, têm deparado com maiores dificuldades para definir uma política comum. É também geralmente aceite que, depois de um período em que as políticas de imigração divergiram em vários aspectos, tenderam a aproximar-se, visando sempre maiores restrições. Considerando o período entre a Segunda Guerra Mundial e os anos 70, os países importadores de trabalho apresentaram uma larga variedade de regulações. O principal ponto comum era o de que os movimentos eram, em geral, tolerados, sob regimes temporários (trabalhadores convidados) ou permanentes. Mais tarde, a partir dos anos 70, um clima geralmente restritivo emergiu, seja nos clássicos países de imigração, seja nos novos anfitriões europeus (Cornelius *et al.*, 1994).

A noção de uma “crise de controlo político” foi desenvolvida a partir dos anos 90. A existência de um desfasamento entre as políticas e os fluxos migratórios concretos foi sugerida por autores como Cornelius, Martin e Hollifield. Estes escreveram que “(...) o desfasamento entre os *objectivos* da política nacional de imigração (leis, regulações, procedimentos) e os resultados concretos das políticas nessa área (os *resultados* da política) é vasto e tende a aumentar em todas as maiores democracias industrializadas (...)” (1994: 3). A menor eficiência das medidas de controle deve-se, segundo eles, à procura sistemática de trabalho migrante nos países de destino, aos mecanismos da oferta nos países de origem, à acção das redes sociais e à difusão de uma política baseada nos direitos. O papel desta última variável foi realçado por autores como Faist

(2000). O seu argumento é o de que, depois de uma primeira fase em que os Estados são capazes de exercer um controlo significativo sobre os fluxos, a aquisição de estatuto legal – e direitos relacionados – pelos primeiros migrantes concede-lhes a possibilidade de originar novos movimentos que se tornam auto-sustentados. Família, casamento e migração irregular (para não mencionar o estatuto de refugiado) são mecanismos a que os novos migrantes recorrem, beneficiando da protecção dos direitos humanos, civis e sociais nos países democráticos de destino.

As limitações da política migratória podem também ser encaradas a partir da acção cruzada da globalização económica e do novo regime internacional de direitos humanos. De acordo com Sassen (1998), os novos "regimes transnacionais" – capital e direitos humanos – confrontam a acção política tradicional e obrigam os Estados a adaptar-se a um novo contexto de acção. Em síntese, a proeminência crescente de políticas nacionais restritivas nem sempre corresponde a uma redução efectiva dos fluxos internacionais. Tal como Cornelius *et al.* (1994: 10) escrevem, "é a confluência de *mercados* [os factores *push-pull* (...)] e *direitos* que explica muitas das dificuldades contemporâneas do controlo da imigração na Europa e nos Estados Unidos".

Uma vertente particular das políticas de imigração mais recentes dos países desenvolvidos é a aposta no desenvolvimento dos países de origem. Neste caso, admite-se que o melhor travão à migração não são as restrições à entrada mas a criação de condições para a diminuição da repulsão. Neste sentido, as políticas de imigração aproximam-se das políticas de cooperação e desenvolvimento (cf. OCDE, 1994 e 2000). As origens deste tipo de política remontam à experiência americana de deslocalização de actividades industriais para o território mexicano, junto à fronteira com os EUA. Porém, tal como Sassen-Koob (1984) descreveu, estas políticas possuem efeitos perversos que poderão fazer aumentar a emigração, pelo menos no curto prazo. Estes efeitos resultam da desestruturação dos tecidos sócio-económicos locais, da disseminação de projectos de mobilidade social e de "ideologias salariais".

Finalmente, os países de origem também dispõem de capacidade de acção política sobre as migrações. Esta pode consistir na limitação, mais ou menos explícita, das saídas, ou – o que é mais frequente - no aproveitamento das suas vantagens potenciais. O estabelecimento de condições para um envio regular de remessas financeiras é um objectivo desde sempre prosseguido pelos países emissores. O volume financeiro gerado pelos emigrantes é frequentemente muito significativo para as economias dos países menos desenvolvidos. A manutenção de laços com a diáspora ou, noutros termos, a sustentação política de comunidades transnacionais poderá ter outro tipo de vantagens, incluindo a possibilidade de negócios étnicos ou de investimentos provenientes da comunidade emigrada.

#### *4. Métodos de Análise Demográfica*

No último ponto do programa são apresentados, de forma genérica, os principais métodos e técnicas de análise demográfica. Como foi acima referido, o objectivo não é oferecer um panorama exaustivo e rigoroso dos indicadores. A sofisticação actual da análise demográfica quantitativa exigiria outro contexto para uma transmissão adequada. O que se pretende é, sobretudo, familiarizar os estudantes com os principais métodos e técnicas da demografia; transmitir-lhes o método de construção dos indicadores mais relevantes; e dar-lhes conta das suas virtualidades e fragilidades explicativas. O panorama geral dos indicadores disponíveis, relativos às diferentes vertentes de análise – demografia, migrações e outros domínios -, acompanhados de uma breve descrição sobre o seu método de construção, consta do Anexo 3 (documento fornecido aos estudantes).

##### *4.1. Estrutura e Dinâmica Populacional*

As principais variáveis demográficas, de tipo “biológico”, sobre as quais se tem erigido o edifício dos indicadores demográficos, são: sexo e estrutura etária; natalidade e fecundidade; nupcialidade, divorcialidade e família; e mortalidade. A vantagem do uso destes indicadores é, como foi referido, a fácil definição dos acontecimentos em causa e, em paralelo, a disponibilidade de fontes e registos estatísticos. As fontes habituais consistem em registos administrativos e

inquéritos mais ou menos regulares (incluindo os recenseamentos). A qualidade dos dados de base varia, como seria de esperar, com o tipo de país em causa e a qualidade das suas instituições de produção estatística. No caso dos países desenvolvidos, todas estas variáveis dispõem de uma enorme profusão de informações (embora não exista sempre homogeneidade nos instrumentos de recolha e no tipo de dados disponíveis). No caso dos países em vias de desenvolvimento a situação é mais complexa. Quando a escassez de informação é mais notória, existe sempre o recurso à consulta de estimativas fornecidas por autores e instituições internacionais, como é o caso das Nações Unidas (que se encarregam, também, da divulgação da informação produzida nos contextos nacionais).

Os indicadores demográficos são, hoje, múltiplos, indo desde os valores mais grosseiros (as taxas “brutas”), facilmente sujeitos a fenómenos “perturbadores” (por exemplo, o efeito da estrutura etária sobre o nível de mortalidade), até indicadores bastante sofisticados. Os indicadores são explicados com recurso a algumas noções básicas neste campo. As noções de “estado” e “movimento” da população são as primeiras a ser adiantadas. Por “estado”, designa-se um retrato instantâneo da população num dado momento do tempo, e por “movimento” o conjunto dos fenómenos que fazem mudar essa situação. O estudo da primeira perspectiva é efectuado com recurso ao conhecimento da dimensão total da população e da estrutura demográfica (por sexos e idades). São fornecidas indicações acerca da construção das representações gráficas mais comuns, incluindo as pirâmides de idade. O estudo do “movimento” refere-se à avaliação da natalidade, nupcialidade e mortalidade.

As noções de análise transversal e longitudinal permitem também diferenciar aquilo que é o estudo sincrónico, ou conjuntural, da população, do seu estudo diacrónico. Os indicadores transversais observam a população num período restrito de tempo, enquanto os longitudinais acompanham coortes de indivíduos (sobretudo gerações – indivíduos nascidos num determinado período de tempo). As taxas brutas e as especializadas são indicadores transversais. As taxas brutas relacionam um dado acontecimento com a população total (média) num dado período de tempo, enquanto as especializadas se referem a segmentos da

população. Os quocientes, ao invés, são calculados longitudinalmente. O denominador da equação é sempre constituído pela população “em risco” de ser afectada pelo acontecimento em causa.

As tábuas de geração e do momento são utilizadas para calcular uma parte importante dos indicadores mais sofisticados da demografia: índice sintético de fecundidade (número de crianças por mulher) e esperança de vida, entre outros. Podem ser aplicadas a diferentes fenómenos demográficos (natalidade, nupcialidade, mortalidade...), mas também a fenómenos mais amplos (actividade económica, por exemplo). As tábuas de geração são calculadas longitudinalmente e as do momento (as mais correntes) transversalmente. O método gráfico mais conhecido para acompanhar as perspectivas de análise transversal e longitudinal é o diagrama de Lexis. Finalmente, são explicados os rudimentos das técnicas de projecção demográfica (para uma revisão dos principais métodos e indicadores demográficos, vejam-se Hugon, 1971; Shryock e Siegel, 1971; Nazareth, 1996; Crook, 1997; Caselli *et al.*, 2001; Bandeira, no prelo).

#### *4.2. Migrações Internas e Internacionais*

O estudo quantitativo das migrações é bastante mais complexo do que o das variáveis “biológicas”. Tal sucede devido, por um lado, a dificuldades em conceptualizar e definir os fenómenos e, por outro, a problemas para os medir adequadamente. As questões de conceptualização e definição foram debatidas no primeiro ponto do programa. Mas, mesmo depois de bem definidos os fenómenos migratórios (o que se revela frequentemente complexo), subsiste o problema de os medir. As dificuldades a este nível estão relacionadas com o tipo de procedimentos administrativos ou inquéritos próprios para medir a deslocação das populações; e com a disponibilidade das populações para se sujeitarem a este tipo de controle. No primeiro caso, um dos problemas resulta de o controle se basear em unidades administrativas que, por vezes, nem sequer estão vocacionadas para a medida estatística. Por esta razão, muitos dos movimentos migratórios internos não são adequadamente detectados. No segundo caso, encontramos a tensão entre a liberdade (mais ou menos formal) de

movimentação e a existência de controle. O elevado volume de migrações internacionais irregulares na actualidade é apenas o mais extremo exemplo da dificuldade em controlar e medir o fenómeno migratório.

Dada a dificuldade em medir, com algum rigor, o volume absoluto de movimentos, a construção de indicadores sofisticados sobre o fenómeno migratório torna-se relativamente secundária. Os indicadores mais divulgados são do mesmo tipo das “taxas brutas” referenciadas acima. Relaciona-se, assim, um determinado volume de migração (imigração, emigração ou saldo migratório, a nível interno ou internacional) com a população média mais relevante. Um problema adicional reside na definição desta última. O critério da população “em risco” está aqui sujeito a alguma ambiguidade, uma vez que tanto podemos estudar o problema na perspectiva da região ou país de emissão de emigrantes, como na perspectiva da região ou país de acolhimento. São comuns indicadores de ambos os tipos, embora do ponto de vista da sociedade de acolhimento se tornem vulgares indicadores mais simples – por exemplo, a proporção de “estrangeiros” na população residente total.

#### *4.3. Outros Indicadores Populacionais*

Uma breve referência é ainda efectuada a um conjunto de outros indicadores de análise da população. Estes têm por objecto um tipo de variáveis diverso das até agora enunciadas, mas recorrem a uma metodologia de construção semelhante à da demografia. Estão neste caso alguns dos principais indicadores de análise da actividade económica e dos níveis de escolarização da população. As “taxas” de actividade e de escolarização obedecem, assim, a uma lógica semelhante à que preside à construção das taxas brutas ou especializadas. Os seus méritos e deméritos heurísticos são, assim, idênticos (embora num plano diverso da realidade). Também a lógica das “tábuas” pode ser aplicada neste domínio, permitindo calcular idades médias de entrada ou saída da actividade económica e da escolarização (para um panorama mais completo destes indicadores, veja-se Shryock e Siegel, 1971).



A análise da actividade económica e da escolarização levanta um conjunto de problemas cuja amplitude não pode ser inteiramente debatida nesta disciplina. Aquilo que está em causa é o universo conceptual de base. Uma breve referência é efectuada aos problemas conceptuais subjacentes à definição de actividade económica (nem todo o “trabalho” é “actividade económica”, e nem toda a “actividade económica” é “trabalho”), incluindo algumas das suas sub-divisões mais importantes, como o emprego e o desemprego. Quanto à escolarização, são referidas algumas das dificuldades em sub-dividir e comparar os níveis sucessivos de escolarização. Em ambos os casos – actividade económica e escolarização -, são dadas algumas noções acerca de quais são as normas e práticas internacionais mais relevantes. Por exemplo, é realizada uma alusão aos conceitos de actividade económica e níveis de educação utilizados pelo Eurostat e pela UNESCO.

## **6. Métodos**

Neste ponto do relatório, dedicado aos métodos pedagógicos utilizados na disciplina de *População e Desenvolvimento*, serão abordados dois temas: o modo de organização das aulas, incluindo o tipo de aulas, a calendarização e alguns aspectos práticos de funcionamento; e a avaliação de conhecimentos.

### **6.1. Organização das aulas**

As aulas têm funcionado sempre num regime teórico-prático. Tal significa que a par da apresentação das teorias disponíveis, por parte do docente, se pretende um debate permanente sobre os diversos pontos do programa. Devido à necessidade de fornecer um conjunto de conhecimentos teóricos mínimos sobre os diferentes pontos do programa, e tendo em conta o método de avaliação adoptado na disciplina (descrito, em pormenor, no ponto seguinte deste relatório), procura-se que as aulas sigam um percurso relativamente padronizado. Deve ser assegurado que exista espaço para a prelecção teórica dos diferentes assuntos – sem prejuízo de se incitar, sempre que possível, a sua discussão.

Entendemos que tal modo de funcionamento é o mais apropriado para o nível de ensino pós-graduado. De facto, pensamos que o ensino a este nível deve consistir, menos, numa transmissão unilateral de conhecimentos e, mais, numa discussão aberta sobre os problemas. Sendo a ciência um modo de produção de conhecimentos sempre renovado, não se justificaria a admissão implícita de conjuntos teóricos rígidos, sem se atender à necessidade do seu questionamento. Uma vez que os estudantes de mestrado serão, a breve prazo, produtores de ciência (na fase de elaboração da dissertação), importa colocá-los numa posição activa e não passiva de aprendizagem.

A calendarização dos diversos pontos do programa deve levar em conta, antes de mais, a extensão do período lectivo. Um trimestre conta, habitualmente, com nove semanas de aulas. A estrutura do mestrado em DCI consiste em duas aulas por semana de cada disciplina, apresentando cada uma a duração de uma hora e meia. Sendo assim, cada disciplina conta com um total de 18 aulas de uma hora e meia cada. Tendo em conta estas condicionantes, a calendarização das aulas é a seguinte:

Semanas	Aulas	Conteúdo das aulas
1	1	Apresentação Teoria e Metodologia do Estudo da População
	2	Teoria e Metodologia do Estudo da População (cont.)
2	3	Problemas de População nas Sociedades Contemporâneas Crescimento Demográfico dos Países em Desenvolvimento
	4	Crescimento Demográfico dos Países em Desenvolvimento (cont.)
3	5	Envelhecimento das Sociedades Desenvolvidas
	6	Migrações Internas e Internacionais
4	7	Migrações Internas e Internacionais (cont.)
	8	Teorias da População Crescimento Populacional e Transição Demográfica
5	9	População, Recursos e Desenvolvimento
	10	População, Recursos e Desenvolvimento (cont.)
6	11	População, Recursos e Desenvolvimento (cont.)
	12	Migrações, Espaço e Mercados de Trabalho
7	13	Migrações, Espaço e Mercados de Trabalho (cont.)
	14	Migrações, Espaço e Mercados de Trabalho (cont.)
8	15	Métodos de Análise Demográfica Estrutura e Dinâmica Populacional
	16	Estrutura e Dinâmica Populacional (cont.)
9	17	Migrações Internas e Internacionais
	18	Outros Indicadores Populacionais

**Nota:** O facto de a disciplina funcionar no 2º trimestre lectivo, sendo afectada pelas férias de Carnaval, tem levado a que, em alguns anos, conte apenas com 16 ou 17 aulas efectivas. Neste caso, são geralmente suprimidas uma ou duas aulas sobre os métodos de análise demográfica.

O material de apoio às aulas distribuído aos alunos, durante o trimestre, é o seguinte:

- documento de apresentação da disciplina, contendo os objectivos, programa, bibliografia, avaliação e contactos do docente (ver Anexo 1 – documento relativo a 2002/2003);
- leituras recomendadas (ver Anexo 2 – documento relativo a 2002/2003);
- documento com síntese dos principais indicadores disponíveis para o estudo da população (ver Anexo 3).

## **6.2. Avaliação de conhecimentos**

O método de avaliação de conhecimentos depende de o aluno realizar a disciplina acompanhando, de forma regular, o trimestre lectivo (época normal) ou, pelo contrário, recorrendo ao período de avaliação suplementar após o final das aulas (época de recurso). Normalmente, apesar de não haver registo de faltas, os alunos acompanham a maioria das aulas e adoptam o método de avaliação correspondente. Apenas no caso de o aluno não ter sucesso durante o trimestre lectivo ou, por razões de força maior, não ter acompanhado a maioria das aulas, deve recorrer ao período de avaliação suplementar.

O método de avaliação adoptado em época normal apresenta uma característica “mista”. Ele consiste, por um lado, num teste escrito individual, com consulta, cuja ponderação corresponde a 60% da classificação final. Por outro lado, os estudantes devem realizar uma apresentação de textos, individual ou em grupo, acompanhada de um breve guião escrito da apresentação; o conjunto corresponde a 40% da classificação final. Em época de recurso, a avaliação consiste apenas na realização de um exame escrito, com consulta (ver Anexo 1).

A razão da adopção de um regime “misto” de avaliação, no caso da época normal (que é seguida pela grande maioria dos estudantes), deve ser explicada. No caso das disciplinas que funcionam a nível de pós-graduação, pensamos que se deve ponderar o interesse em realizar uma avaliação de tipo “tradicional”, onde se inquiram os conhecimentos obtidos através de uma prova de tipo “teste”; e um método mais “aberto”, baseado em apresentações orais, ensaios ou trabalhos, onde se avalie a capacidade de captar selectivamente ou de produzir conhecimentos. Noutros contextos, temos defendido uma maior vantagem comparativa do segundo método, dado o carácter avançado dos estudos neste nível académico (cf. Peixoto, 2002).

A disciplina de *População e Desenvolvimento* tem apresentado alguma variação nos seus métodos de avaliação. Nos primeiros anos de funcionamento (em 1999/2000 e 2000/2001), foi apenas adoptado um método de avaliação baseado em trabalhos. O critério foi aquele que permite estabelecer a vantagem relativa do segundo método descrito. Dado o facto de se tratar de alunos de nível pós-graduado, e o de a continuidade do mestrado implicar um trabalho de investigação (a dissertação de

mestrado), entendeu-se que a avaliação devia assentar essencialmente na elaboração de um trabalho escrito, individual ou em grupo. Foram, então estabelecidas algumas regras básicas para a realização de trabalhos, que eram transmitidas aos estudantes no início do trimestre (ver Anexo 4).

A partir de 2001/2002, inclusive, foi decidida uma mudança no regime de avaliação e adoptado o método “misto” acima descrito. Algumas razões estiveram na base desta mudança. Em primeiro lugar, todas as disciplinas do mestrado em DCI funcionam, em época normal, na base da realização de um teste escrito e, em alguns casos, na sua conjugação com uma apresentação oral ou ensaio escrito. Foi entendido que a disciplina de *População e Desenvolvimento* poderia sair beneficiada se adoptasse um método semelhante, em lugar de ser a única a funcionar com base em trabalhos. Por um lado, acreditamos na vantagem de existir alguma homogeneidade nos métodos de avaliação das disciplinas de um mesmo mestrado. Por outro lado, poderia acontecer que os estudantes se dedicassem mais ao estudo “tradicional” para os testes das outras disciplinas, prejudicando o seu esforço de avaliação para o trabalho em *População e Desenvolvimento*.

Em segundo lugar, o facto de o número de estudantes do mestrado em DCI ser, em geral, elevado, levava a que parte significativa dos trabalhos fossem realizados em grupo. Era indicado aos alunos que os grupos deveriam, idealmente, ser compostos por 2 ou 3 indivíduos, mas numa ou outra ocasião existiram grupos formados por 4 elementos. A desvantagem óbvia desta situação foi o de passar a ser problemático medir e avaliar o trabalho realizado por cada um dos membros do grupo. Apesar da existência de uma apresentação oral, tornava-se provável que a carga de trabalho nem sempre era igualmente repartida pelo grupo (uma situação que a necessidade de estudo “tradicional” para outras disciplinas favorecia). O critério de avaliação individual considerado basilar no mestrado ficava, assim, seriamente comprometido.

Em terceiro lugar, foram recuperados os critérios que fazem com que a vantagem de qualquer um dos métodos de avaliação seja apenas “relativa”. De facto, a avaliação por trabalhos tem como desvantagem mais evidente o facto de alguns dos tópicos leccionados numa disciplina serem objecto de muita escassa atenção, por comparação com aqueles que serão objecto de aprofundamento por ocasião do trabalho. Foi, deste

modo, entendido que a adopção de um regime “misto” de avaliação poderia equilibrar as vantagens e desvantagens de qualquer um dos métodos isolados de avaliação.

O regime actual de avaliação consiste, assim, como referimos, num teste escrito individual, com consulta, realizado durante o período de avaliação do 2º trimestre; e numa apresentação de textos, individual ou em grupo, acompanhada de um breve guião escrito da apresentação. O teste procura abranger as principais matérias constantes do programa e leccionadas durante as aulas. Procura-se, também, que as questões possam ser respondidas com auxílio dos materiais da bibliografia fundamental. A existência de consulta justifica-se por o objectivo do ensino ao nível pós-graduado não ser, em nosso entender, a memorização mas a capacidade de gerir conhecimentos.

Quanto à apresentação de textos, esta procura recuperar algumas das vantagens dos trabalhos. É, assim, estimulado o estudo e pesquisa selectivos sobre um determinado tema de interesse dos alunos e permitido (mas não obrigado) o trabalho em grupo, como forma de potenciar as vantagens da discussão colectiva. De forma a “sedimentar” as matérias objecto de apresentação, é solicitado um pequeno guião escrito da apresentação, com uma ou duas páginas. Como forma de otimizar o tempo de trabalho dos estudantes, é sugerido que sejam prioritariamente escolhidos, como textos base de apresentação, os constantes da lista de “leituras recomendadas” (ver secção 7 deste relatório). No caso de existir interesse por outras temáticas, são fornecidas orientações bibliográficas para a apresentação. Finalmente, de forma a tornar idêntico o esforço de trabalho, procura tornar-se equivalente a dimensão dos textos a apresentar, consoante se trate de apresentações individuais ou em grupo (neste último caso, variando a dimensão dos textos com o número de elementos do grupo).

## 7. Bibliografia

As referências bibliográficas utilizadas na disciplina de *População e Desenvolvimento* podem ser encaradas sob duas perspectivas: aquelas que são transmitidas aos alunos enquanto bibliografia fundamental, e as que são utilizadas como base mais ampla da disciplina, que podem ser designadas como bibliografia geral.

### 7.1. Bibliografia fundamental

Um conjunto restrito de obras é indicado aos alunos como bibliografia fundamental (ver Anexo 1). São estas obras que devem ser lidas como introdução geral aos tópicos leccionados, como preparação para o teste e exame escritos ou como orientação para a apresentação de textos. Todas elas estão disponíveis na biblioteca do ISEG. Esse conjunto é composto pelos seguintes títulos:

- Cassen, Robert *et al.* (1994), *Population and Development: Old Debates, New Conclusions*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Castles, Stephen e Mark J. Miller (1993), *The Age of Migration – International Population Movements in the Modern World*, Londres, Macmillan.
- Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Adelino (1996), *Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos*, Lisboa, Gradiva.

O critério de selecção destes títulos deve ser explicitado. Os textos de Cassen *et al.* (1994), Torres (1996) e Crook (1997) são excelentes introduções gerais ao tema amplo da população e desenvolvimento – entendida a população sobretudo na sua vertente mais estrita de variáveis demográficas de tipo “biológico” (ver secção 5 deste relatório). Estas obras contemplam uma descrição aprofundada das principais tendências populacionais no mundo contemporâneo (incluindo uma revisão dos antecedentes

históricos mais relevantes); a procura de articulação entre os fenómenos populacionais e os recursos (tanto recursos naturais como económicos); e a apresentação de algumas teorias sobre população e desenvolvimento. Em todos eles, são sobretudo equacionados os problemas dos países em vias de desenvolvimento. O texto de Cassen *et al.* (1994) é talvez o mais teórico de entre eles, contendo ensaios cujo nível de abstracção é por vezes elevado. O texto de Crook (1997) apresenta-se mais acessível e inclui ainda algumas secções sobre métodos e técnicas de análise demográfica. A sua natureza mais “didáctica” tem explicado a sua escolha para cursos académicos semelhantes na área de “população e desenvolvimento” (por exemplo, o mestrado em *Development Studies* do *Institute of Social Studies* de Haia). O livro de Torres (1996) é um misto entre os últimos, apresentando a vantagem particular de estar redigido em português. Uma vez que alguns dos estudantes do mestrado em DCI não apresentam domínio da língua inglesa – com destaque para os oriundos dos PALOP -, esta última obra tem sido frequentemente aconselhada.

Os textos de Castles e Miller (1993) e Portes (1999) são dois óptimos exemplos da bibliografia contemporânea sobre migrações. Castles e Miller (1993) constituem uma excelente introdução à problemática das migrações internacionais no mundo actual. Incluem uma revisão dos principais fluxos migratórios internacionais antes e depois de 1945; um exame da influência da globalização sobre os novos fluxos nas diferentes regiões do mundo; um estudo da inserção dos migrantes e de minorias étnicas nas sociedades e nos mercados de trabalho dos países de destino; e uma leitura das principais dimensões políticas da migração. Este livro, cujo título - “a idade da migração” – revela a importância que atribui ao tema na sociedade actual, é um dos mais citados internacionalmente nesta área. O livro de Portes (1999) é uma antologia, publicada em língua portuguesa, de alguns dos melhores textos do autor. Portes é, precisamente, um dos mais importantes teóricos internacionais contemporâneos sobre migrações. Este livro inclui textos sobre conceitos e teorias relevantes na área das migrações (em particular utilizando uma perspectiva de sociologia económica); sobre a inserção dos migrantes nas sociedades e mercados de trabalho dos países de destino (com relevo empírico para a experiência norte-americana); e sobre alguns dos aspectos mais recentes das migrações mundiais, como é o caso das comunidades transnacionais.



De modo a facilitar aos alunos a consulta de bibliografia, é ainda fornecido, no início do trimestre lectivo, um conjunto de textos para fotocopiar, designados “leituras recomendadas” (ver Anexos 1 e 2). A disponibilização de textos para fotocopiar apresenta vantagens práticas óbvias, embora tenha como óbice o desincentivo a realizar trabalho de biblioteca. Uma vez que a grande maioria dos estudantes do mestrado de DCI costumam ser trabalhadores-estudantes, tendo por isso uma disponibilidade mais limitada para realizar trabalho de biblioteca, e que vários dos textos para fotocopiar são retirados das obras de “bibliografia fundamental” (evitando a procura excessiva do mesmo livro na biblioteca), a opção das “leituras recomendadas” tem sido adoptada nos últimos anos. Realce-se, apenas, que não são fornecidos originais de textos publicados por editoras portuguesas. O objectivo é, apenas, fornecer originais de textos de difícil acesso. Os estudantes são incentivados, no caso de não trabalharem na biblioteca, a adquirir os livros disponíveis no mercado nacional.

Os textos indicados como “leituras recomendadas” são os seguintes (seguindo o conjunto de temas do programa da disciplina):

*Problemas de população nas sociedades contemporâneas*

- ONU/FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População) (1999), *A Situação da População Mundial 1999 – 6 Mil Milhões: Chegou a Hora de Escolher*, Nova Iorque, ONU/FNUAP.
- Pison, Gilles (2001), “Tous les pays du monde (2001)”, *Populations et Sociétés*, INED, N° 370, juillet-août 2001.

*Teorias da população – Crescimento populacional e transição demográfica*

- Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), “The political economy of health”, in N. Crook (Edited by I. M. Timæus), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press, pp. 109-125.
- Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), “Fertility decline in the course of development”, in N. Crook (Edited by I. M. Timæus), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press, pp. 129-139.

- Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), “Case studies of fertility transition in Asia”, in N. Crook (Edited by I. M. Timæus), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press, pp. 140-155.

*Teorias da população – População, recursos e desenvolvimento*

- Cassen, Robert (1994), “Population and development: old debates, new conclusions”, in R. Cassen *et al.*, *Population and Development: Old Debates, New Conclusions*, New Brunswick, Transaction Publishers, pp. 1-26.
- Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), “The environmental impact of population”, in N. Crook (Edited by I. M. Timæus), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press, pp. 80-92.

*Teorias da população – Migrações, espaço e mercados de trabalho*

- Castles, Stephen (2000), “International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues”, *International Social Sciences Journal*, UNESCO, Nº 165, pp. 269-281.
- Peixoto, João (1998), “As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas”, in J. Peixoto, *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Dissertação apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão para obtenção de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 39-68.

*Métodos de análise demográfica*

- Demografia / população – Principais indicadores.

A selecção destes textos – cuja leitura deve ser complementada com a das obras da “bibliografia fundamental” – obedece aos seguintes critérios. No caso dos textos sobre “problemas de população nas sociedades contemporâneas”, são indicados um muito bom relatório da ONU (Fundo das Nações Unidas para a População) (1999) sobre a

população mundial contemporânea e um pequeno texto oriundo do Institut National d'Études Démographiques (Pison, 2001) contendo os principais indicadores demográficos da actualidade. O texto da ONU/FNUAP, apresentado em língua portuguesa, é uma ampla introdução às tendências e problemas da população no mundo contemporâneo, com relevo para os que afectam o mundo em desenvolvimento. Contém referências aos números da população mundial; problemas de natalidade e saúde reprodutiva; níveis de mortalidade e condições de saúde; demografia e problemas ambientais; estatuto da mulher e igualdade entre os sexos; políticas de população. O texto de Pison é uma breve colectânea de informação demográfica actualizada, permitindo aos estudantes um retrato rápido da situação demográfica de praticamente todos os países e regiões do mundo.

Os textos sobre “teorias da população – crescimento populacional e transição demográfica” são um aprofundamento teórico das tendências que o documento da ONU/FNUAP já apresentava. São aqui incluídos alguns dos capítulos mais interessantes da obra de Crook (1997). Em primeiro lugar, o capítulo sobre “The political economy of health”, onde as questões da saúde e da mortalidade são abordadas no seu enquadramento de contexto económico e de decisão política. Em segundo, o capítulo sobre “Fertility decline in the course of development”, onde são referidas as principais tendências e factores explicativos do declínio (irregular) da fecundidade nos países em desenvolvimento. Em terceiro, o capítulo sobre “Case studies of fertility transition in Asia” examina dois dos casos mais interessantes de diminuição de fecundidade – correspondentes, também, aos dois países mais populosos do mundo: Índia e China.

Os textos sobre “teorias da população – população, recursos e desenvolvimento” são ainda retirados de duas das obras da bibliografia fundamental da disciplina: Cassen *et al.* (1994) e Crook (1997). O seu objectivo é articular as dinâmicas demográficas conhecidas no mundo em desenvolvimento com os recursos económicos e sociais desses países, isto é, compreender as ligações existentes entre o problema da população e as condições de desenvolvimento. O texto de Cassen, intitulado “Population and development: old debates, new conclusions”, é a introdução à obra mais ampla que serve de bibliografia fundamental. Nele, o autor descreve as principais teorias disponíveis sobre população e desenvolvimento, incluindo as suas vertentes malthusianas e não malthusianas, e reflecte sobre a aplicabilidade das teorias à situação

actual dos países em desenvolvimento. Com base nas análises teóricas insertas no livro, Cassen alude às variáveis “intermédias” entre população e desenvolvimento: mais do que uma relação linear, tudo depende de variáveis que contextualizam essa relação. O texto de Crook, sobre “The environmental impact of population”, apresenta um objectivo mais limitado (embora de valor heurístico incalculável): o estudo das consequências ambientais da aumento demográfico. Mais uma vez, o impacto não é linear, mas depende das condições económicas e tecnológicas da região em causa.

No ponto sobre “teorias da população – migrações, espaço e mercados de trabalho”, são apresentados dois textos com objectivos diversos. O primeiro, de Stephen Castles, intitulado “International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues”, é uma revisão muito completa e recente das principais tendências migratórias da actualidade e da sua repercussão sobre as sociedades envolvidas, incluindo uma avaliação teórica da questão. Este texto é, num certo sentido, uma síntese e actualização da obra mais ampla de que Castles é co-autor e que funciona como bibliografia fundamental (Castles e Miller, 1993). O texto seguinte, redigido pelo docente da disciplina, é uma apresentação breve, em língua portuguesa, de algumas das principais teorias disponíveis para análise das migrações. O texto, intitulado “As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas”, enumera as várias teorias, de origem disciplinar variada (teorias “micro” ou individualistas, mais próximas da ciência económica, e teorias “macro” ou estruturalistas, mais próximas da sociologia mais corrente), que permitem explicar as migrações.

Finalmente, no ponto sobre “métodos de análise demográfica”, os estudantes são remetidos para um pequeno documento, que lhes é distribuído no início do trimestre, onde são apresentados os principais indicadores - incluindo, na maioria dos casos, o método de cálculo – da análise demográfica contemporânea (ver Anexo 3). A consulta deste fascículo não prescinde da utilização dos manuais onde são melhor explicados os métodos de construção e constrangimentos de leitura destes indicadores (sobretudo os livros de Crook e Torres).

Como vimos na secção 6 deste relatório, os métodos de avaliação da disciplina consistem – em época normal – na realização de um teste escrito e na apresentação de textos. A bibliografia deve ser utilizada de forma diversa consoante os objectivos de

avaliação. Para preparação do teste escrito (ou do exame, em época de recurso), a bibliografia fundamental deve ser, na medida do possível, bem conhecida dos estudantes. Para preparação da apresentação de textos, é solicitado aos estudantes algum esforço adicional. Para além dos textos que irão ser apresentados – textos que, como já referimos, são prioritariamente os que constam das “leituras recomendadas” -, são-lhes pedidas algumas leituras adicionais relacionadas com o tema. Estas poderão resultar de um trabalho mais amplo sobre a bibliografia fundamental ou, idealmente, de uma leitura orientada e selectiva da bibliografia geral.

## **7.2. Bibliografia geral**

As referências bibliográficas completas utilizadas na disciplina de *População e Desenvolvimento* são, no essencial, as que se encontram descritas na lista extensa que a seguir iremos apresentar. Deve ser notado, porém, que não são indicadas aos alunos todas as referências disponíveis. As que lhes são fornecidas são as que constam do documento que lhes é apresentado no início do trimestre (ver Anexo 1). O critério que está na base da construção de uma lista “restrita” de bibliografia geral é, por um lado, realizar uma selecção de obras que se podem considerar prioritárias para a disciplina e, por outro, maximizar o número de referências que se encontram disponíveis na biblioteca do ISEG. A consulta destas obras deve ser apenas realizada, durante o trimestre, de forma episódica – por exemplo, para preparar a apresentação de textos; daí o interesse de se tratar de obras relativamente fáceis de localizar. Mais em geral, o espírito é, também, o de fornecer aos estudantes um acervo bibliográfico a que se poderá recorrer no futuro.

A apresentação de uma lista “restrita” de bibliografia geral aos estudantes não invalida, naturalmente, que outras obras possam ser apresentadas, de forma pontual, sempre que tal se justificar. Este último caso sucede, frequentemente, quando se referem estudos sobre temas teóricos muito específicos ou sobre regiões ou países do mundo singulares. Por exemplo, a vasta bibliografia que existe hoje sobre demografia e migrações em Portugal é citada sempre que adequado, como forma de melhor se conhecer a realidade portuguesa contemporânea ou como modo de ilustração de asserções teóricas mais gerais (por exemplo, a migração internacional de países do Sul para países europeus). São também indicados aos alunos, sempre que necessário, nomes de revistas científicas

na área de população e desenvolvimento (existentes na biblioteca do ISEG ou outras) e endereços de Internet considerados mais relevantes.

As referências bibliográficas gerais utilizadas na disciplina - onde se inclui a bibliografia fundamental - são as seguintes:

- Almeida, Ana Nunes *et al.* (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em J. M. Leite Viegas e A. Firmino da Costa, *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- Almeida, João Ferreira e José Madureira Pinto (1976), *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Presença.
- Appleyard, Reginald (1991), *International Migration: Challenge for the Nineties*, Genebra, International Organization for Migration.
- Bairoch, Paul (1985), *De Jéricho à México: Villes et Economie dans l'Histoire*, Paris, Gallimard.
- Bandeira, Mário Leston (1996), *Demografia e Modernidade. Família e Transição Demográfica em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Bandeira, Mário Leston (no prelo), *Demografia: Objecto, Teoria e Métodos*, Oeiras, Celta Editora.
- Bourgeois-Pichat, Jean (1978), *A Demografia*, 2ª edição, Amadora, Livraria Bertrand.
- Brettell, Caroline B. e James F. Hollifield (Ed.) (2000), *Migration Theory – Talking Across Disciplines*, Nova Iorque, Routledge.
- Caselli, G., J. Vallin e G. Wunsch (2001), *Démographie: Analyse et Synthèse. I. La Dynamique des Populations*, Paris, INED/PUF.
- Cassen, Robert *et al.* (1994), *Population and Development: Old Debates, New Conclusions*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Castells, Manuel (1989), *The Informational City. Information Technology, Economic Restructuring, and the Urban-Regional Process*, Oxford, Basil Blackwell.
- Castells, Manuel (2000), *The Rise of the Network Society*, 2ª edição, Oxford, Blackwell Publishers.
- Castles, Stephen (2000), “International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues”, *International Social Sciences Journal*, UNESCO, 165, pp. 269-281.
- Castles, Stephen e Mark J. Miller (1993), *The Age of Migration – International Population Movements in the Modern World*, Londres, Macmillan.
- Champion, Anthony (1989), *Counter-urbanization: the Changing Pace and Nature of Population Deconcentration*, Londres, Edward Arnold.
- Champion, Tony e Tony Fielding (Ed.) (1992), *Migration Processes and Patterns - Vol. I: Research Progress and Prospects*, Londres, Belhaven Press.
- Cohen, Robin (1997), *Global Diasporas – An Introduction*, Londres, UCL Press.
- Cornelius, Wayne A., Philip L. Martin e James F. Hollifield (1994), *Controlling Immigration – A Global Perspective*, Stanford, Stanford University Press.
- Courgeau, Daniel (1988), *Méthodes de Mesure de la Mobilité Spatiale. Migrations Internes, Mobilité Temporaire, Navettes*, Paris, Ed. de l'INED.

- Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press.
- Drakakis-Smith, David e David W. Smith (2000), *Third World Cities*, 2ª ed., Nova Iorque, Routledge.
- The Economist, “A tale of two bellies: the remarkable demographic difference between America and Europe”, 24/8/2002
- Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Clarendon Press.
- Farvacque-Vitkovic, Catherine e Lucien Godin (1998), *The Future of African Cities: Challenges and Priorities for Urban Development*, Washington, World Bank.
- Federici, Nora (1991), “Le migrazioni: che cosa interessa conoscere”, *Genus*, Vol. 47, Nº 1-2, pp. 153-159.
- Fernandes, Ana Alexandre (1997), *Velhice e Sociedade – Demografia, Família e Políticas Sociais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Ferrão, João (1992), *Serviços e Inovação. Novos Caminhos para o Desenvolvimento Regional*, Oeiras, Celta Editora.
- Fortuna, Carlos (1981), “Para uma sociologia da população - Um comentário à demografia”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 6, pp. 87-111.
- Freitas, Eduardo (1979/1980), “Algumas reflexões a propósito da definição do objecto da sociologia da população”, *Revista do Centro de Estudos Demográficos*, 24, pp. 155-171.
- Girard, Alain (1984), *L'Homme et le Nombre des Hommes*, Paris, PUF.
- Gould, William T. S. e Allan M. Findlay (Ed.) (1994), *Population Migration and the Changing World Order*, Chichester, John Wiley & Sons.
- Gugler, Josef (Ed.) (1997), *Cities in the Developing World: Issues, Theory, and Policy*, Oxford, Oxford University Press.
- Hall, Ray e Paul White (1995), *Europe's Population. Towards the Next Century*, Londres, UCL Press.
- Hugon, Paul (1971), *Démographie*, Paris, Dalloz.
- Jackson, John A. (1991), *Migrações*, Oeiras, Celta Editora.
- Kaa, Dirk van de (1987), "Europe's second demographic transition", *Population Bulletin*, Vol. 42, 1.
- Kritz, Mary M., Lin L. Lim e Hania Zlotnik (Ed.) (1992), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press.
- Leridon, Henri (2000), “Vieillesse démographique et migrations: quand les Nations Unies veulent remplir le tonneau des Danaïdes...”, *Population et Sociétés*, INED, Nº 358, juin 2000.
- Locoh, Thérèse e Jacques Vallin (1998), “Afrique noire: la baisse de la fécondité”, *Population et Sociétés*, INED, Nº 338, septembre 1998.
- Malthus, Thomas R. (s.d.), *Ensaio Sobre o Princípio da População*, Mem Martins, Publicações Europa-América.
- Marsden, David (1992), “European integration and the integration of European labour markets”, *Labour - Review of Labour Economics and Industrial Relations*, Vol. 6, Nº 1, pp. 3-35.
- Massey, Douglas S. et al. (1993), “Theories of international migration: a review and appraisal”, *Population and Development Review*, Vol. 19, Nº 3, pp. 431-466.

- Mendes, Fernando Ribeiro (1995), “Por onde vai a segurança social portuguesa?”, in M. Brandão Alves *et al.* (Orgs.), *Por Onde Vai a Economia Portuguesa? - Actas da Conferência Realizada por Ocasião do Jubileu Académico de Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, ISEG, pp. 467-492.
- Merton, Robert K. (1965), *Éléments de Théorie et de Méthode Sociologique*, 2ª edição, Paris, Plon.
- Michel, Andrée (1983), *Sociologia da família e do casamento*, Porto, Rés.
- Monnier, Alain (2000), “La population de l’Europe: 1950-2050”, *Population et Sociétés*, INED, N° 353, janvier 2000.
- Nazareth, J. Manuel (1982), *Explosão Demográfica e Planeamento Familiar. Subsídios para uma Política de Defesa da Vida em Portugal*, Lisboa, Presença / GIS.
- Nazareth, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia*, Lisboa, Presença.
- OCDE (1994), *Migration and Development. New Partnerships for Co-operation*, Paris, OCDE.
- OCDE (2000), *Globalisation, Migration and Development*, Paris, OCDE.
- ONU (1980), *Patterns of Urban and Rural Population Growth*, Nova Iorque, ONU.
- ONU (2000), *Replacement Migration: Is It a Solution to Declining and Ageing Populations?*, Nova Iorque, ONU.
- ONU/FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População) (1999), *A Situação da População Mundial 1999 – 6 Mil Milhões: Chegou a Hora de Escolher*, Nova Iorque, ONU/FNUAP.
- ONU/FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População) (2000), *A Situação da População Mundial 2000 – Vidas em Comum, Mundos Separados: Homens e Mulheres em Tempos de Mudança*, Nova Iorque, ONU/FNUAP.
- ONU/PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (vários anos), *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano*.
- Ouadah-Bedidi, Zahia e Jacques Vallin (2000), “Maghreb: la chute irrésistible de la fécondité”, *Population et Sociétés*, INED, N° 359, juillet-août 2000.
- Peixoto, João (1993), “Indicador conjuntural ou descendência final? - Da quebra à retoma da fecundidade nas sociedades europeias”, *Análise Social*, Vol. 28, N° 120, pp. 145-159.
- Peixoto, João (1996), “Evolução demográfica e modelos familiares - Algumas notas sobre Portugal e a Europa”, *Socius Working Papers*, 2/96.
- Peixoto, João (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão / Universidade Técnica de Lisboa.
- Peixoto, João (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros – Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Peixoto, João (2001), “Migrações e mobilidade: conceitos e problemas de medição”, *Episteme*, N°s 7-8-9, pp. 277-296.
- Peixoto, João (2002), *População e Estratificação Social*, Relatório de Disciplina para Provas de Agregação, Grupo IV (Ciências Sociais), Subgrupo B (Sociologia), Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão / Universidade Técnica de Lisboa.
- Pison, Gilles (2001), “Tous les pays du monde (2001)”, *Populations et Sociétés*, INED, N° 370, juillet-août 2001.



- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Pressat, Roland (1973), *Analyse Démographique. Concepts - Méthodes - Résultats*, 2<sup>a</sup> ed., Paris, PUF.
- Pressat, Roland (1978), *Démographie Sociale*, 2<sup>a</sup> ed., Paris, PUF.
- Roussel, Louis (1989), *La Famille Incertaine*, Paris, Ed. Odile Jacob.
- Roussel, Louis (1992), “La famille en Europe Occidentale: divergences et convergences”, *Population*, 1.
- Sadik, Nafis (1995), “Les femmes, la population et le développement”, *Populations et Sociétés*, INED, N<sup>o</sup> 308, décembre 1995.
- Sardon, Jean-Paul (1990), “Le remplacement des générations en Europe depuis le début du siècle”, *Population*, 6.
- Sassen, Saskia (1991), *The Global City: New York, London, Tokyo*, Princeton, Princeton University Press.
- Sassen, Saskia (1998), *Globalization and Its Discontents*. Nova Iorque, The New Press.
- Sassen-Koob, Saskia (1984), “Direct foreign investment: a migration push-factor?”, *Environment and Planning, C: Government and Policy*, Vol. 2, pp. 399-416.
- Shryock, Henry S. e Jacob S. Siegel (1971), *The Methods and Materials of Demography*, Washington D.C., U.S. Bureau of the Census (ou San Diego, Academic Press, 1976).
- Silva, Augusto Santos e José Madureira Pinto (Org.) (1990), *Metodologia das Ciências Sociais*, 4<sup>a</sup> ed., Porto, Edições Afrontamento.
- Stalker, Peter (2000), *Workers Without Frontiers – The Impact of Globalization on International Migration*, Boulder, Lynne Rienner Publishers e Geneva, International Labour Office.
- Torres, Adelino (1996), *Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos*, Lisboa, Gradiva.
- Torres, Anália Cardoso (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.
- Zelinsky, Wilbur (1971), “The hypothesis of the mobility transition”, *The Geographical Review*, Vol. 61, N<sup>o</sup> 2, pp. 219-249.
- Zolberg, Aristide R. (1981), “International migrations in political perspective”, in M. M. Kritz *et al.* (Ed.), *Global Trends in Migration - Theory and Research on International Population Movements*, Nova Iorque, Center for Migration Studies, pp. 3-27.

## **8. Anexos**

### *Anexo 1 – Documento de apresentação da disciplina*

---

**Universidade Técnica de Lisboa  
Instituto Superior de Economia e Gestão  
Departamento de Ciências Sociais  
Secção de Sociologia**

MESTRADO EM  
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL  
2002 / 2003

2º trimestre

**POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

# POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

## Objectivos

Os objectivos da disciplina de *População e Desenvolvimento* são os seguintes:

- sensibilizar os alunos para os vários modos de articulação entre população e desenvolvimento;
- apresentar teorias sobre as componentes das dinâmicas populacionais: crescimento natural e migratório;
- avaliar os modos de regulação política da demografia e das migrações;
- fornecer aos alunos os principais métodos e técnicas de análise da população;
- estudar os principais problemas populacionais contemporâneos.

## Programa

1. Teoria e Metodologia do Estudo da População
2. Problemas de População nas Sociedades Contemporâneas
  - 2.1. Crescimento Demográfico dos Países em Desenvolvimento
  - 2.2. Envelhecimento das Sociedades Desenvolvidas
  - 2.3. Migrações Internas e Internacionais
3. Teorias da População
  - 3.1. Crescimento Populacional e Transição Demográfica
  - 3.2. População, Recursos e Desenvolvimento
    - Teorias Malthusianas e Não Malthusianas
    - Teorias de Incidência Demográfica
    - Políticas de População
  - 3.3. Migrações, Espaço e Mercados de Trabalho
    - Teorias das Migrações
    - Políticas Migratórias
4. Métodos de Análise Demográfica
  - 4.1. Estrutura e Dinâmica Populacional
  - 4.2. Migrações Internas e Internacionais
  - 4.3. Outros Indicadores Populacionais

## **Bibliografia**

### *(a) Bibliografia fundamental*

- Cassen, Robert *et al.* (1994), *Population and Development: Old Debates, New Conclusions*, New Brunswick, Transaction Publishers.
- Castles, Stephen e Mark J. Miller (1993), *The Age of Migration – International Population Movements in the Modern World*, Londres, Macmillan.
- Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press.
- Portes, Alejandro (1999), *Migrações Internacionais. Origens, Tipos e Modos de Incorporação*, Oeiras, Celta Editora.
- Torres, Adelino (1996), *Demografia e Desenvolvimento: Elementos Básicos*, Lisboa, Gradiva.

Durante as aulas serão ainda distribuídos vários textos, que serão considerados como “leituras recomendadas” da disciplina (ver documento próprio).

### *(b) Bibliografia geral*

- Brettell, Caroline B. e James F. Hollifield (Ed.) (2000), *Migration Theory – Talking Across Disciplines*, Nova Iorque, Routledge.
- Castles, Stephen (2000), “International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues”, *International Social Sciences Journal*, UNESCO, 165, pp. 269-281.
- Cohen, Robin (1997), *Global Diasporas – An Introduction*, Londres, UCL Press.
- Cornelius, Wayne A., Philip L. Martin e James F. Hollifield (1994), *Controlling Immigration – A Global Perspective*, Stanford, Stanford University Press.
- Faist, Thomas (2000), *The Volume and Dynamics of International Migration and Transnational Social Spaces*, Oxford, Clarendon Press.
- Gould, William T.S. e Allan M. Findlay (Ed.) (1994), *Population Migration and the Changing World Order*, Chichester, John Wiley & Sons.
- Hall, Ray e Paul White (1995), *Europe’s Population. Towards the Next Century*, Londres, UCL Press.
- Jackson, John A. (1991), *Migrações*, Oeiras, Celta Editora.
- Kaa, Dirk van de (1987), "Europe's second demographic transition", *Population Bulletin*, Vol. 42, 1.
- Kritz, Mary M., Lin L. Lim e Hania Zlotnik (Ed.) (1992), *International Migration Systems. A Global Approach*, Oxford, Clarendon Press.

- Nazareth, J. Manuel (1996), *Introdução à Demografia*, Lisboa, Presença.
- OCDE (1994), *Migration and Development. New Partnerships for Co-operation*, Paris, OCDE.
- OCDE (2000), *Globalisation, Migration and Development*, Paris, OCDE.
- ONU/FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População) (vários anos), *A Situação da População Mundial*.
- ONU/PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) (vários anos), *Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento Humano*.
- Peixoto, João (1998), *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão / Universidade Técnica de Lisboa.
- Peixoto, João (1999), *A Mobilidade Internacional dos Quadros – Migrações Internacionais, Quadros e Empresas Transnacionais em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- Pressat, Roland (1973), *Analyse Démographique. Concepts - Méthodes - Résultats*, 2<sup>a</sup> ed., Paris, PUF.
- Shryock, Henry S. e Jacob S. Siegel (1971), *The Methods and Materials of Demography*, Washington D.C., U.S. Bureau of the Census (ou San Diego, Academic Press, 1976).
- Stalker, Peter (2000), *Workers Without Frontiers – The Impact of Globalization on International Migration*, Boulder, Lynne Rienner Publishers e Geneva, International Labour Office.

## **Avaliação**

### *(a) Época normal*

A avaliação na época normal apresentará duas componentes:

- um teste escrito individual, com consulta (60% da classificação final);
- uma apresentação de textos, individual ou em grupo, acompanhada de guião escrito da apresentação (40% da classificação final).

### *(b) Época de recurso*

A avaliação na época de recurso basear-se-á na realização de um exame escrito, com consulta.

## **Docente**

João Peixoto

Professor Auxiliar

Instituto Superior de Economia e Gestão

Departamento de Ciências Sociais

Gab. 211

Rua Miguel Lupi, 20

1249-078 Lisboa

Portugal

Tel: (351) 213925945 / 213925800

Fax: (351) 213925940

e-mail: [jpeixoto@iseg.utl.pt](mailto:jpeixoto@iseg.utl.pt)

Lisboa, Outubro de 2002

ISEG/UTL

Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional

**POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

2002/2003

**Leituras recomendadas**

*Problemas de população nas sociedades contemporâneas*

ONU/FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População) (1999), *A Situação da População Mundial 1999 – 6 Mil Milhões: Chegou a Hora de Escolher*, Nova Iorque, ONU/FNUAP.

Pison, Gilles (2001), “Tous les pays du monde (2001)”, *Populations et Sociétés*, INED, N° 370, juillet-août 2001.

*Teorias da população – Crescimento populacional e transição demográfica*

Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), “The political economy of health”, “Fertility decline in the course of development”, “Case studies of fertility transition in Asia”, in N. Crook (Edited by I. M. Timæus), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press, pp. 109-155.

*Teorias da população – População, recursos e desenvolvimento*

Cassen, Robert (1994), “Population and development: old debates, new conclusions”, in R. Cassen *et al.*, *Population and Development: Old Debates, New Conclusions*, New Brunswick, Transaction Publishers, pp. 1-26.

Crook, Nigel (Edited by Ian M. Timæus) (1997), “The environmental impact of population”, in N. Crook (Edited by I. M. Timæus), *Principles of Population and Development - With Illustrations from Asia and Africa*, Oxford, Oxford University Press, pp. 80-92.

*Teorias da População – Migrações, espaço e mercados de trabalho*

Castles, Stephen (2000), “International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues”, *International Social Sciences Journal*, UNESCO, N° 165, pp. 269-281.

Peixoto, João (1998), “As teorias explicativas das migrações: teorias micro e macro-sociológicas”, in J. Peixoto, *As Migrações dos Quadros Altamente Qualificados em Portugal – Fluxos Migratórios Inter-Regionais e Internacionais e Mobilidade Intra-Organizacional*, Dissertação apresentada no Instituto Superior de Economia e Gestão para obtenção de Doutoramento em Sociologia Económica e das Organizações, Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, pp. 39-68.

*Métodos de análise demográfica*

Demografia / população – Principais indicadores.



INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO  
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL  
POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

**DEMOGRAFIA / POPULAÇÃO**  
**Principais indicadores**

(1) Variáveis "biológicas" e migrações

(1.a) Estado da população

**(1) Efectivo populacional**

- Efectivo absoluto (população residente / presente)
- Densidade populacional  
$$\frac{\text{número de habitantes}}{\text{superfície (km}^2\text{)}} \quad (\text{habs/km}^2)$$

**(2) Distribuição por sexos**

- Relação de masculinidade  
$$r_m = \frac{\text{efectivos masculinos}}{\text{efectivos femininos}} \times 100$$
  
(efectivo total ou por grupos de idade)

**(3) Repartição por idades**

- Índices etários

$$\text{Índice de juventude: } I_j = \frac{J}{T} \times 100$$

$$\text{Índice de velhice: } I_v = \frac{V}{T} \times 100$$

$$\text{Índice de população em idade produtiva: } I_p = \frac{A}{T} \times 100$$

(ou idade potencialmente activa)

$$\text{Índice de envelhecimento: } I_e = \frac{V}{J} \times 100$$

$$\text{Relação de dependência: } R_d = \frac{J + V}{A} \times 100$$

(existe uma  $R_d$  de jovens e uma  $R_d$  de idosos)

J - Jovens (0-14 anos)

A - Adultos (15-64 anos)

V - Velhos (65 e mais anos)

(ou outras categorias etárias)

T - População total

#### (4) Repartição por sexos e idades

- Pirâmides de idades

#### (1.b) Movimento da população

#### (5) Mortalidade

- Taxa bruta de mortalidade

$$tb_m = \frac{\text{óbitos num determinado período}}{\text{população média no período}} \times 1000$$

[população média:  $(\text{população início ano} + \text{população fim ano}) / 2$ , ou população a meio do ano]

- Taxas específicas de mortalidade (ou taxas de mortalidade por escalão etário)

$$tm_i = \frac{\text{óbitos num escalão etário, num determinado período}}{\text{população média do escalão etário, no período}} \times 1000$$

- Taxa de mortalidade infantil

$$tm_{inf} = \frac{\text{óbitos ocorridos nas crianças com menos de um ano}}{\text{total de nados-vivos do período considerado}} \times 1000$$

- Taxas ou índices comparativos de mortalidade

(cálculo através do método da população-tipo ou método da mortalidade-tipo / taxas-tipo)

- Esperança de vida (à idade  $x - ex -$ , incluindo à nascença -  $e0$ ) /

Quocientes de mortalidade / Probabilidades de sobrevivência (indicadores para o sexo masculino ou feminino) (cálculo a partir de uma tábua de mortalidade)

- Causas de morte / morbilidade

#### (6) Natalidade / Fecundidade

- Taxa bruta de natalidade

$$tb_n = \frac{\text{nascimentos vivos num determinado período}}{\text{população média do período}} \times 1000$$

- Taxa de fecundidade / Taxa global de fecundidade geral

$$tfec = \frac{\text{nascimentos vivos num determinado período}}{\text{efectivo médio de mulheres em idade de procriar (15-49 anos)}} \times 1000$$

(dados totais - taxa "global" - ou por grupos de idade; dados totais - taxa "geral" - ou discriminando fecundidade legítima e ilegítima)

- Índice sintético de fecundidade / Indicador conjuntural de fecundidade /

Descendência média / Taxa de fertilidade ("Indicateur conjoncturel de fecondité" / "Total fertility rate")  
Número médio de crianças por mulher  
(cálculo a partir de uma tábua de fecundidade, ou somatório das taxas de fecundidade nas idades fecundas) (*análise transversal*)

- Descendência final

(indicador semelhante ao anterior) (*análise longitudinal*)

- Taxa bruta de reprodução

Número médio de filhas por mulher  
(cálculo a partir do índice sintético de fecundidade x 0.488 - constante)

de feminilidade dos nascimentos)

- Taxa líquida de reprodução  
(indicador semelhante ao anterior, mas levando em conta a mortalidade das mulheres nas idades fecundas)
- Idade média ao nascimento de um filho do primeiro filho
- Proporção de nascimentos fora do casamento
- Ordem dos nascimentos ("birth order" / "rangs")  
(primeiro, segundo, terceiro ... filho)

#### (7) Nupcialidade / Divorcialidade / Família

- Taxa bruta de nupcialidade  
$$tbnupc = \frac{\text{casamentos ocorridos num determinado período}}{\text{população média do período}} \times 1000$$
- Índice sintético de nupcialidade / primo-nupcialidade  
(cálculo a partir de uma tábua de nupcialidade, ou somatório das taxas de nupcialidade por idades)
- Idade média ao casamento (por sexos) em geral ao primeiro casamento
- Proporção de nascimentos fora do casamento
- Taxa de divorcialidade  
$$tdiv = \frac{\text{divórcios num determinado período}}{\text{população média do período}} \times 1000$$
  
(ou divórcios / número médio de casamentos x 1000)
- Índice sintético de divorcialidade  
(cálculo a partir de uma tábua de divorcialidade, ou somatório das taxas de divorcialidade por idades)
- Dimensão média familiar  
$$\frac{\text{População total}}{\text{Número de famílias}}$$
- Famílias por número de pessoas / tipo / repartição etária / relação de parentesco

#### (8) Migrações

- Taxas de emigração, imigração, saldo migratório (crescimento migratório):  
construídas de forma semelhante às anteriores.

#### (9) Componentes do crescimento demográfico

- Taxa de crescimento efectivo  
$$tc_{\text{effect}} = \frac{P1 - P0}{\text{população média do período}} \times 1000$$
  
(P0: população no início do período; P1: população no fim do período)  
  
(taxas de crescimento médias anuais, em período superior a um ano:  
calculadas através de fórmula própria)

- Taxa de crescimento natural  

$$tc_{nat} = \frac{N-O}{\text{população média do período}} \times 1000 = tbn - tbn$$
 (N: nascimentos no período; O: óbitos no período)
- Taxa de crescimento migratório  

$$tc_{migr} = \frac{I-E}{\text{população média do período}} \times 1000$$
 (I: imigrantes; E: emigrantes)  
 (cálculo directo ou através do método da "equação de concordância", ou método dos "resíduos")

### (II) Variáveis "económico-sociais"

#### (10) Actividade económica

- Taxa bruta de actividade (ou taxa de actividade)  

$$tact = \frac{\text{população activa}}{\text{população total}} \times 100$$
- Taxa de actividade masculina  

$$tactmasc = \frac{\text{população activa masculina}}{\text{população total masculina}} \times 100$$
- Taxa de actividade feminina  

$$tactfem = \frac{\text{população activa feminina}}{\text{população total feminina}} \times 100$$
- Taxa geral de actividade (ou taxa de actividade)  

$$tgact = \frac{\text{população activa (ou apenas em idade activa)}}{\text{população em idade activa (15-64 anos)}} \times 100$$
- Taxa geral de actividade masculina ou feminina  
 (construídas de forma idêntica às taxas brutas de actividade masculina e feminina, mas utilizando no denominador a população em idade activa, discriminando os sexos)
- Taxa de desemprego  

$$tdesemp = \frac{\text{desempregados}}{\text{população activa}} \times 100$$
- Taxa de desemprego masculina e feminina  
 (construídas de forma idêntica à taxa de desemprego, discriminando os sexos)
- Taxa de feminização da população activa  

$$tfempopact = \frac{\text{população activa feminina}}{\text{população activa total}} \times 100$$
- Taxa de actividade por grupos etários  

$$tact_j = \frac{\text{população activa no grupo etário}}{\text{população total no grupo etário}} \times 100$$
- Idade média de entrada em actividade / Idade média de saída de actividade /  
 Duração média de vida activa (ou Esperança de vida activa)  
 (cálculo a partir de uma tábua de actividade)

- "Estatuto do trabalhador": Profissão / Situação na profissão / Grupos Socio-Económicos [principais indicadores de operacionalização das classes / estratos sociais]
- "Natureza da actividade": Ramos / Sectores de actividade

#### (11) Escolarização

- Taxa bruta de escolarização  

$$\frac{E}{P} \times 100$$
 E: total de alunos inscritos no sistema escolar  
 P: população total
- Taxa geral de escolarização  

$$\frac{E}{P_i} \times 100$$
 E: inscrições totais  
 P<sub>i</sub>: população dos 5 aos 34 anos, por exemplo
- Taxa etária de escolarização  

$$\frac{E_i}{P_i} \times 100$$
 E<sub>i</sub>: inscrições na idade i  
 P<sub>i</sub>: população na idade i
- Taxa de escolarização por nível de ensino  

$$\frac{E_n}{P_i} \times 100$$
 E<sub>n</sub>: inscrições no nível escolar n  
 P<sub>i</sub>: população no grupo de idade i, correspondente ao nível considerado
- Taxa de analfabetismo  

$$\frac{A}{P_i} \times 100$$
 A: número de analfabetos, na população com idade igual ou superior a 10 anos (por exemplo)  
 P<sub>i</sub>: população com idade igual ou superior a 10 anos (por exemplo)
- Taxa de analfabetismo por grupo etário  

$$\frac{A_i}{P_i} \times 100$$
 A<sub>i</sub>: analfabetos no grupo etário i  
 P<sub>i</sub>: população no grupo i

#### Nota:

Estes indicadores não estão harmonizados; podem existir terminologias ou métodos de cálculo distintos consoante as fontes e os autores.

#### Referências bibliográficas:

- Pressat, Roland, *Analyse Démographique. Concepts - Méthodes - Résultats*, Paris, PUF, 2<sup>a</sup> ed., 1973
- Shryock, Henry S. e Jacob S. Siegel, *The Methods and Materials of Demography*, Washington D.C., U.S. Bureau of the Census, 1971 (ou San Diego, Academic Press, 1976)

MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

2000 / 2001 - 2º trimestre

**POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO**

*TRABALHOS*

Data limite de entrega: 7 de Maio de 2001. Envie o trabalho por e-mail ao docente da disciplina (e-mail: [jpeixoto@iseg.utl.pt](mailto:jpeixoto@iseg.utl.pt)). Em alternativa, os trabalhos deverão ser enviados pelo correio (morada: ISEG, Rua Miguel Lupi, 20, 1249-078 Lisboa) ou entregues em mão no Edifício do ISEG na Rua Miguel Lupi.

Capa: deverão ser indicados o título e autor do trabalho, bem como um telefone ou endereço electrónico de contacto.

Dimensão máxima: 6000 palavras ou 15 páginas (Times New Roman, font 12, espaço e meio). Deverão ser incluídos nesta contagem texto e notas, mas não capa, índice, bibliografia e anexos.

Referências bibliográficas: indicar apenas as referências consultadas. Utilizar as seguintes normas:

- Livro (exemplo): Cassen, Robert *et al.* (1994), *Population and Development: Old Debates, New Conclusions*, New Brunswick, Transaction Publishers.

- Artigo de revista ou capítulo de livro (exemplos): Massey, Douglas S. *et al.* (1993), "Theories of international migration: a review and appraisal", *Population and Development Review*, Vol. 19, 3, pp. 431-466; Öncü, Ayse (1990), "International labour migration and class relations", in A. Martinelli e N.J. Smelser (Ed.), *Economy and Society: Overviews in Economic Sociology*, Londres, Sage, pp. 175-201.

No caso de haver mais de uma obra do mesmo autor na mesma data, utilizar a seguinte norma: Cassen, Robert *et al.* (1994a), ...; Cassen, Robert *et al.* (1994b), ...

Referências à bibliografia no corpo do texto (citações ou referências gerais): utilizar as seguintes normas:

- Referência a um livro, artigo ou capítulo de livro: ..... (Cassen *et al.*, 1994).

- Referência a páginas: ..... (Cassen *et al.*, 1994: 15).